



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**‘VEJA’ E ‘CARTA CAPITAL’: POLARIZAÇÃO
IDEOLÓGICA DOS PROTESTOS DE 2013**

NICHOLAS BUCK SHORES

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**‘VEJA’ E ‘CARTA CAPITAL’: POLARIZAÇÃO
IDEOLÓGICA DOS PROTESTOS DE 2013**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

NICHOLAS BUCK SHORES

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Domenech Oneto

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Representação da Baixada na mídia: a cobertura da chacina de 31 de março de 2005**, elaborada por Juliana Marques Rocha.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Domenech Oneto
Doutor em Filosofia pela Université de Nice (França)
Escola de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Paulo César Castro
Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação - UFRJ
Escola de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Evandro Vieira Ouriques
Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação - UFRJ
Escola de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

SHORES, Nicholas Buck.

“Veja”, “Carta Capital” e a Polarização Ideológica dos Protestos de 2013. Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Paulo G. Domenech Oneto

SHORES, Nicholas Buck. **“Veja” e “Carta Capital”: Polarização Ideológica dos Protestos de 2013.** Orientador: Paulo G. Domenech Oneto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Para apurar a forma como as revistas semanais “Veja” e “Carta Capital” se apropriaram ideologicamente das manifestações de 2013, esta monografia conduz uma revisão do conceito de ideologia e do processo de recepção de apelos midiáticos pelo público leitor. Com o arcabouço teórico então formado, promove-se uma análise discursiva de três reportagens de capa de cada publicação, imediatamente subsequentes às Jornadas de Junho, que tenham necessariamente as passeatas como enfoque central. Tal estudo de discurso é feito no contexto de uma polarização ideológica que ambos periódicos aparentam adotar e estimular em suas matérias.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. A IDEOLOGIA E SUA MANIFESTAÇÃO NA MÍDIA

- 2.1. Os protestos iniciados em junho de 2013
- 2.2. Stuart Hall, Antonio Gramsci e seus conceitos de ideologia
- 2.3. A codificação de apelos midiáticos e sua penetração nas manifestações

3. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ‘VEJA’ E ‘CARTA CAPITAL’

- 3.1. As reportagens de capa de ‘Veja’
- 3.2. Análise discursiva das reportagens de ‘Veja’
- 3.3. As reportagens de capa de ‘Carta Capital’
- 3.4. Análise discursiva das reportagens de ‘Carta Capital’

4. A POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA NAS LINHAS DAS REVISTAS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

As manifestações históricas transcorridas a partir de junho de 2013 foram tão espontâneas em seu súbito e vertiginoso crescimento que seus reais impactos sobre a política e a sociedade brasileiras ainda carecem de ser apurados por completo. A sua volta, os atos públicos deixaram, ao mesmo tempo, uma sede por análises certeiras e um ar de incompreensão, tanto por parte de quem deles participou quanto por parte de quem os viu de fora, pela tela da tevê, pela página de jornal, na capa da revista ou nas transmissões de rádio. Essencialmente imbuídos do dever de retratar acontecimentos de acordo com sua importância, os veículos de comunicação do país exibiram a mais variada gama de abordagens às causas e aos efeitos das Jornadas de Junho, como ficou conhecida a série de manifestações. Alguns deles protagonizaram idas e vindas no tocante à visão favorável ou contrariada que transpareciam quando noticiavam e analisavam a história em curso. Em meio a ânimos tão exaltados e em um ano imediatamente anterior a eleições gerais, que transcorreram em 2014, reinou nos espaços de convivência social e de comunicação um caos ideológico e, portanto, uma conjuntura mais propícia do que a cotidiana à instrumentalização dos acontecimentos por parte dos mais diversos componentes da mídia brasileira.

Esta monografia foi idealizada no momento em que se esgueirava à luz das convivências sociais e das investidas midiáticas uma forte polarização ideológica, estas sempre em relação direta com os protestos. Para se conduzir uma análise desse fenômeno, de sua força e alcance, mas, principalmente, de sua aparição na abordagem das marchas feita pela mídia, refletiu-se sobre que veículos jornalísticos poderiam ser tomados como representativos de cada polo e, assim, ter seu discurso estudado para que se corroborasse a presença da polarização no conteúdo produzido. Tendo isso em vista, foram escolhidas as revistas semanais “Veja” e “Carta Capital”, possuidoras de linhas editoriais opostas quando se as mede no espectro ideológico. Segundo o critério de recorte temporal e editorial por que se optou, selecionaram-se três reportagens de capa de cada periódico, imediatamente subsequentes ao início das jornadas de junho, e que tivessem os atos públicos como foco principal.

Com a hipótese da polarização levantada, torna-se necessário, antes da avaliação midiática, destrinchar o conceito de ideologia. Suas interpretações são variadas, e se faz

mister optar por uma acepção e defini-la para embasar o desenvolvimento deste texto. No capítulo 2, portanto, reside uma revisão teórica do conceito de ideologia, para a qual são evocadas as bases fornecidas por textos do teórico jamaicano Stuart Hall e do italiano Antonio Gramsci – adeptos de uma acepção plural do conceito –, brevemente contrapostos aos escritos do chileno Jorge Larrain, que, por sua vez, sustenta que haja somente uma acepção negativa, mantenedora do poder hegemônico, sobre o termo. Tanto Hall e Gramsci quanto Larrain se esmeraram na atualização e aplicação abrangente do que formulou o alemão Karl Marx a respeito do conceito de ideologia.

Ainda no segundo capítulo, é estudado o processo de recepção de apelos midiáticos pelo público espectador, leitor ou ouvinte. Nessa divisão, as bases são fornecidas de novo por Stuart Hall, autor de um modelo de estudo segundo o qual as manifestações da mídia podem ser recebidas de maneira dominante, em total acordo com as intenções do emissor, negociada, na qual os apelos midiáticos entram em negociação com visões tidas de antemão pelo receptor, ou por uma posição de oposição, em que o receptor refuta os apelos em favor de fontes alternativas de informação.

À medida que o capítulo avança, a teoria de Hall é diretamente concatenada a artigos de Venício A. de Lima e Marco Aurélio Nogueira sobre o comportamento da sociedade brasileira durante as manifestações de 2013 diante do contexto midiático de então, em que há grande participação política por meio das redes sociais, as chamadas novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), mas, por outro lado, ainda se precisa da “velha mídia”, como diagnostica Nogueira, para que uma coisa se torne pública. Os escritos dos dois últimos articulistas citados estão contidos em livros organizados especificamente sobre as jornadas de junho. São, portanto, de suma importância para esta monografia.

A partir dessa combinação bibliográfica, é possível iniciar um processo de relacionamento de motivações ideológicas ao bojo das Jornadas de Junho, levadas a cabo em sua maioria por jovens de até 25 anos. Eles, a princípio, consideraram os aumentos da ordem de vinte centavos em tarifas de transporte coletivo a gota d'água de um sistema rondado de suspeitas de corrupção e, acima de tudo, conhecido pela precária prestação de serviços. Com o crescimento da adesão às marchas, falou-se superficialmente em jornais diários sobre crises de representação política, distância

entre políticos e sociedade e cansaço com corrupção e criminalidade. Mais ainda, multiplicaram-se as bandeiras defendidas, que muitas vezes eram conflitantes entre si.

O arcabouço teórico então formado embasa, no capítulo 3, a análise discursiva das três reportagens de capa de cada publicação imediatamente subsequentes ao início das Jornadas de Junho, que tenham necessariamente as passeatas como enfoque central. Tal estudo de discurso é feito no contexto de uma polarização ideológica que, como sustentado aqui, ambos periódicos aparentam adotar e estimular em suas matérias. Com a seleção feita segundo o critério descrito acima, torna-se possível reunir material suficiente para a identificação embasada de tendências que cada semanário tenha assumido em suas respectivas reportagens de capa, estadas dotadas de maior número de páginas e maior variedade de artigos, sejam eles factuais ou opinativos. Não só o texto redigido e a linguagem utilizada, mas a seleção de fotos conduzida pelas revistas e as capas de suas edições também são alvo de análise.

É com base na análise discursiva supramencionada que o capítulo 4 pretende traçar um diagnóstico sobre a forma e a intensidade com que se deu a polarização ideológica nas linhas e entrelinhas de cada revista. Para tal, são considerados principalmente os adjetivos e demais recursos linguísticos empregados pelos periódicos quando fazem referência a acontecimentos e discursos ideológicos. Chega-se à conclusão de que, embora a polarização se manifeste de fato no discurso de ambas as revistas, elas o fazem de maneiras distintas, na medida em que “Carta Capital” usa abertamente os termos “esquerda” e “direita” e “Veja” emprega apenas o primeiro, sempre como forma de atacar adeptos de ideologias esquerdistas. O período em que foram lançadas as edições analisadas, um ano antes de eleições gerais, também refletiu sobre a abordagem dos semanários voltadas à política institucional, em que o embate esquerda x direita é incorporado ao duelo PT (Partido dos Trabalhadores) x PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Concluídas todas as etapas acima escalonadas da análise teórica e prática sobre a aparição polarizada da ideologia nas páginas de “Veja” e “Carta Capital”, torna-se possível explicar nas Considerações Finais os resultados obtidos e traçar reflexões sobre os impactos que as revistas e suas manifestações ideológicas podem ter sobre a sociedade, em cujo âmbito a polarização tornou-se igualmente palpável.

2. IDEOLOGIA E SUA MANIFESTAÇÃO NA MÍDIA

Diante da percepção de que, como sustentado por este projeto, a apropriação exercida pelas revistas “Veja” e “Carta Capital” sobre as manifestações históricas decorridas a partir de junho de 2013, de forma originária e mais intensa nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, teve teor majoritariamente ideológico, considera-se essencial para uma análise abrangente e fundamentada do papel da mídia na configuração da dita opinião pública explorar o conceito de “ideologia” com a evocação de teóricos e de suas aproximações a respeito deste.

A primeira subdivisão deste capítulo, no entanto, será dedicada a uma breve exposição da origem e do desencadeamento dos protestos em questão, em que será, inicialmente, dispensada a análise profunda e dedicada do discurso midiático. É importante, no entanto, contextualizar resumidamente os fatos históricos sobre cujos diferentes relatos midiáticos haverá um posterior aprofundamento, descrevendo-se a evolução da adesão às marchas, a repressão policial e a convocação aos atos por meio do Facebook.

Como é o caso de qualquer termo utilizado tão frequentemente e, muitas vezes, de maneira inconsciente em relação a seus possíveis significados, há variadas abordagens de cientistas políticos, sociólogos, pensadores e filósofos acerca de “ideologia”, a começar por Karl Marx (1818-1883). Muitos dos estudos que sucederam os do filósofo alemão centraram-se na compreensão e no debate sobre as próprias teorias marxistas, seus significados e suas aplicações práticas. Assim, um dos autores escolhidos para auxiliar o presente escrito é o teórico cultural jamaicano Stuart Hall, que, junto com Richard Hoggart e Raymond Williams, foi um dos fundadores da corrente de pesquisa e pensamento conhecida como os *Cultural Studies* britânicos.

As linhas que Hall dedicou ao ato de esmiuçar o conceito marxista de ideologia e, também, suas contribuições à reformulação do modelo de recepção de conteúdo midiático pelo leitor, espectador ou ouvinte serão aqui fundamentais para integrar nossa compreensão sobre a manifestação implícita ou explícita pela mídia de um proselitismo ideológico em sua cobertura de acontecimentos políticos.

Se Stuart Hall é um autor basilar para este capítulo, é válido evocar também um teórico que precedeu o jamaicano no debruçar-se sobre os conceitos marxistas de

ideologia: Antonio Gramsci (1891-1937). As elaborações do italiano sobre esse campo das teorias sociais e as ponderações de Hall serão aqui tratadas como complementares para a formação de um arcabouço analítico sobre a(s) ideologia(s).

Ademais, entende-se também como preponderante levantar questionamentos em relação aos apelos midiáticos e às teorias sobre os fatores que influenciam o sucesso com que a codificação do conteúdo de reportagens sobre fatos políticos pode obter no público que se visa no momento em que ele decodifica os textos. Será esse o terceiro ponto destrinchado neste capítulo, com a ajuda de teorias de recepção de mensagens e ensaístas que publicaram análises especificamente sobre as manifestações de que aqui tratamos.

2.1. Os protestos iniciados em junho de 2013

Entre as numerosas tentativas de compreensão, interpretação e análise dos protestos decorridos, mais significativamente, em junho de 2013, houve apenas um ponto consensual: o de que eles entraram definitivamente para a história do país. Seus reflexos sobre a sociedade ainda não se cristalizaram definitivamente. Mas seu ponto de partida é bem conhecido, muito embora, à época, fosse impossível prognosticar a escalada exponencial da adesão às manifestações de rua que viria a se descortinar.

O responsável por soltar a fagulha que culminou em incendiárias marchas, tanto no sentido figurado quanto no literal, foi o Movimento Passe Livre, um movimento social cuja principal bandeira é a implementação da tarifa zero para todas as modalidades de transporte coletivo e todos seus usuários. Sua atuação se estende, no entanto, à reivindicação por melhor prestação de serviços de mobilidade urbana pelo poder público, como medidas para solucionar problemas crônicos do transporte urbano brasileiro: ônibus mal conservados e lotados, engarrafamentos quilométricos e cotidianos, trens defeituosos e malha metroviária amplamente insuficiente. É bastante improvável, entretanto, que mesmo as mais ambiciosas confabulações de seus membros pudessem prever o tamanho que a mobilização teria algumas semanas após seu início.

Quando, no dia 2/6/2013, tarifas de transporte coletivo foram elevadas em diversas capitais do país, entre elas Rio de Janeiro e São Paulo, o MPL se pôs a organizar marchas com o objetivo de provocar a anulação dos aumentos. Nas duas

metrópoles destacadas, alguns poucos milhares de pessoas saíram às ruas e ocuparam importantes vias. A exigência uníssona era a revogação imediata do acréscimo às tarifas; a resposta do Estado à reivindicação foi de violenta repressão por meio de policiais militares. Manifestantes foram atacados pelos agentes com spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha, uma tríade que viria a se tornar seu inimigo íntimo. Também boa parte da população que assistia às cenas presencialmente ou pela TV encarava a causa defendida como um exagero. “Tudo isso só por 20 centavos?” – este era um questionamento recorrente, seguido da afirmação de que, para os jovens que bloqueavam as vias, a quantia em que se aumentaram as passagens não faria a menor diferença.

Apesar da forte repressão, o que se viu não foi um recuo ou uma desistência por parte do movimento e de seus simpatizantes, mas sim o ganho de apoio e tamanho das manifestações. A cada novo ato, maior se tornava a multidão. Também a frequência das marchas aumentou; elas eram realizadas a cada dois dias. Diante da atenção dada à repressão policial, surgiu nas ruas um fenômeno inédito: alguns poucos indivíduos encapuzados, comumente vestidos de preto, partiam para o enfrentamento aos PMs, munidos de pedras, pedaços de madeira e escudos improvisados. Posteriormente, vieram a se autodenominar “black blocs”, a exemplo dos participantes das mobilizações espontâneas de combate e resistência à repressão do Estado e de entidades capitalistas conhecidas na América do Norte e na Europa e caracterizadas pelo emprego de “violência simbólica” – notadamente, a destruição de vidraças de agências bancárias, redes multinacionais de fast food, sedes de conglomerados corporativos e outros ícones do capitalismo.

Em determinado momento, até membros da imprensa, que iam às ruas fazer a cobertura dos acontecimentos, foram alvo da violência policial. Em São Paulo, uma repórter da “Folha de S. Paulo” foi atingida por uma bala de borracha no olho. Esse foi um momento de mudança de paradigma no tocante à cobertura midiática e à percepção popular das manifestações. Também a ocorrência de prisões sob circunstâncias suspeitas preocupou entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Anistia Internacional. Apesar disso, governantes como Sérgio Cabral, à época governador do Rio, Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, e Geraldo Alckmin, governador do estado paulista, mantiveram-se firmes no repúdio às reivindicações e no aval à ação policial.

Para eles, as medidas de repressão eram necessárias ao desbloqueio de vias das capitais e à manutenção da ordem pública. Cabral, inclusive, declarou à imprensa que suspeitava de um “ar político, que não é espontâneo da população”¹.

No dia 13/06/2013, uma multidão dimensionada em 100 mil pessoas ocupou a avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro, constituindo o ápice, até então, da adesão à reivindicação popular pela revogação do aumento das passagens. Além das capitais brasileiras, outras cidades começaram a registrar manifestações, o que, àquela altura, representava também a distensão do leque de pautas dos protestos – corrupção, educação e saúde pública começaram a integrar o vocabulário de participantes dos atos. No dia 19/06/2013, as administrações públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte anularam o reajuste dos preços das passagens.

Um dia depois, milhões de pessoas foram às ruas em todo o Brasil – só na avenida Presidente Vargas, principal via da região central carioca, havia 300 mil, de acordo com o Instituto Datafolha. E o preço das passagens passou ao status de questão marginal, dando lugar a faixas e cartazes que criticavam o gasto de dinheiro público em estádios para a Copa do Mundo, a Proposta de Emenda Constitucional sobre as atribuições investigativas da Polícia Federal e do Ministério Público, ironizavam a situação do Sistema Único de Saúde e, em minoria ínfima, pediam até uma intervenção militar. De alguma forma, ao longo do processo, a causa consensual em torno do transporte coletivo fora diluída, e os múltiplos autores de uma difusão de reivindicações se apropriaram daquele embalo para protestar contra tudo que consideraram errado em seu país.

Mesmo diante de uma multidão tão vultosa, a repressão policial e os episódios de depredações ora pretensamente simbólicas, ora despropositadas continuaram, e número de manifestantes nunca voltou a ser tão grande. Em atos convocados nos meses subsequentes, muitos deles levados às proximidades do Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio, a adesão já era consideravelmente menor. O principal motivo para o recuo massivo era a violência desencadeada nesses atos pela polícia e por black blocs. A resistência e o enfrentamento de civis endureceram ainda mais a repressão policial, constituindo cenas de guerra nos locais das manifestações.

¹ BULCÃO, Luiz. “Cabral diz que protesto tem ar político que não é espontâneo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/cabral-diz-que-protesto-tem-ar-politico-que-nao-e-espontaneo-da-populacao.html>. Acessado em 10/5/2015.

Somavam-se à violência as dificuldades de mobilidade urbana para quem transitava nas vias bloqueadas, e o apoio aos protestos despencou.

2.2. Os conceitos de ideologia: Hall e Gramsci

Segundo o dicionário Aurélio, ideologia é o “conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época, sociedade”. Pode-se entender daí que uma visão de mundo elaborada e que abranja opiniões concretas sobre diversos campos da existência social humana, qualquer que seja e quem quer que ela favoreça, é uma ideologia. Há, no entanto, quem negue com veemência a última sentença e se embase, para tal, nos escritos de Marx.

Adota-se nesta monografia a aproximação fundamentada por Stuart Hall, que, em seus estudos, descreve o conceito em questão de maneira mais cara a uma acepção neutra e plural, como a transcrita do léxico no início do capítulo.

Explica-se: como sugere o título deste trabalho científico, esmiúçam-se nele as apropriações exercidas pelas revistas “Veja” e “Carta Capital” em relação às Jornadas de Junho – notadamente, uma publicação posicionada à direita no espectro ideológico, de linha editorial antigovernista (em tempos de um governo petista que se alastra há 13 anos) e outra esquerdista, dirigida por Mino Carta que, apesar de também ter fundado a “Veja”, colocou-se historicamente ao lado do Partido dos Trabalhadores (uma discussão no contexto da polarização ideológica gestada pelas manifestações será conduzida no último capítulo e contemplará, entre outros fatores, o atual posicionamento do PT, originalmente um autodeclarado partido de esquerda, e sua corrente política de governabilidade) e deixa isso claro no teor dos editoriais que assina e das reportagens da “Carta Capital”.

Stuart Hall pontuou em seus estudos o que aqui será pedra fundamental, pois nos auxilia, ao longo da exploração de suas ideias, a iniciar a costura da concepção de ideologia com seu enraizamento em manifestações midiáticas sobre acontecimentos políticos e de que forma estas são apreendidas e incorporadas pelo público.

Para ele, ideologias consistem “nestas imagens, conceitos e premissas que fornecem o arcabouço através do qual nós representamos, interpretamos, entendemos e

‘atribuímos significado’ a alguns aspectos da existência social” (HALL apud SCHNEIDER, 2006, p. 5). Em seu sentido mais abrangente, a expressão “visão de mundo” se adéqua bem ao que defende Hall. Deduzimos, portanto, que não é uma ideologia de nosso apreço que determina como configuraremos conscientemente estas “imagens, conceitos e premissas” para perceber a realidade e dar sentido a nossa existência; ao contrário, o processo da vivência coletiva, os contextos socioeconômicos, os desejos e aspirações, as interações sociais se aglutinam constantemente. Afinal, “ideologias não consistem em conceitos isolados e separados, mas em articulações de diferentes elementos em uma série ou cadeia distintiva de significados” (Ibidem, p. 5).

A título de comparação, para o sociólogo chileno Jorge Larrain, as teorias marxistas deixam clara a acepção negativa do filósofo alemão, que, quando fala de ideologia,

[...] sempre se refere a um tipo de distorção ou inversão da realidade. Ele nunca se refere a sua própria teoria como uma ideologia ou uma ideologia proletária, nem jamais considera a possibilidade de uma ideologia servir aos interesses do proletariado (LARRAIN apud SCHNEIDER, 2006, p.3).

Dessa forma, Larrain defende que, para Marx, a ideologia seja “uma forma de distorção específica”, que tem a “função de sustentar a dominação e de reproduzir o sistema capitalista, mascarando contradições” (Ibidem, p.4). Todas essas características estariam, portanto, a favor da perpetuação do poder hegemônico do capital sobre o trabalho, enraizando-se também nas formas de pensar das massas e tornando delas um discurso que, verdadeiramente, serve para oprimi-las.

O chileno ressalta, também, o fato de que o teórico alemão nunca reconheceu a existência de ideologias no plural, mas sim de uma única ideologia, que opera por meio da distorção da realidade a favor da hegemonia capitalista (Ibidem, p.3).

O autor jamaicano, por sua vez, exprime claramente sua acepção neutra e plural ao cravar que “ideologias ‘operam’ construindo para os seus sujeitos (individuais e coletivos) posições de identificação e conhecimento que lhes possibilitam expressar verdades ideológicas como se fossem seus autênticos autores” (Ibidem, p.5) – o que se harmoniza com um conceito de “organização do consentimento” que será evocado de Antonio Gramsci nas próximas linhas.

Em seu artigo “Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”, Michèle Barrett releva a posição daquele teórico italiano, parelha à sustentada por Stuart Hall. A articulista escreve que, para Gramsci, há “validade psicológica” nas “ideologias historicamente orgânicas”, pois estas “criam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc”. Ele distingue, segundo a autora, as ideologias orgânicas, classificadas como “superestrutura necessária de uma estrutura particular”, das “elucubrações arbitrárias dos indivíduos” (BARRETT, 1996, p. 236).

Mais adiante em seu ensaio, Barrett destaca que o conceito de hegemonia é “o centro organizador do pensamento de Gramsci sobre a política e a ideologia” e coloca que a melhor maneira de entender o termo é como a “organização do consentimento” – em outras palavras, “os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção” (Ibidem, p. 238). Muito nos interessa essa passagem, já que, ao debruçarmo-nos, mais adiante nesta monografia, sobre as reportagens das revistas “Veja” e “Carta Capital” a respeito das manifestações e como as publicações se serviram da vulnerabilidade sociopolítica reinante em meio à compreensão difusa pela população do país do fenômeno visto nas ruas, atentaremos exatamente para as tais formas não violentas de se organizar o consentimento de parcelas dessa população em torno de ideias, sentimentos e projetos políticos. Essa análise, inclusive, é extremamente importante para que se chegue a uma compreensão mais fundamentada sobre a virada de uma mobilização originalmente de grupos de esquerda para uma massa em que se viram até os malfadados cartazes com súplicas por uma intervenção militar.

Uma analogia interessante feita por Gramsci jaz nos conceitos de “guerra de posições” e “guerra de movimento”. A primeira, como explica Barrett, se trata de um esforço para se obter o consentimento do povo, seus “corações e mentes”, “e não [sua] mera obediência transitória ou seu apoio eleitoral” (Ibidem, p. 238). O segundo conceito é uma etapa posterior de tomada do poder estatal – a chegada ao governo. Esta monografia coloca, pois, a questão: qual a intensidade e a importância dos meios de comunicação na chamada “guerra de posições”?

Os trechos de Hall e Gramsci até aqui trazidos já nos permitem estruturar um arcabouço analítico para a(s) ideologia(s) e suas manifestações, objetos de estudo deste trabalho. Cabe resumir os componentes desse arcabouço:

- As ideologias compõem a representação, a compreensão e a atribuição de significado a aspectos da existência social; para isso, são articulados diversos elementos como o processo da vivência coletiva, os contextos socioeconômicos, os desejos e as aspirações dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos, das ideologias;
- Esses sujeitos são levados a uma posição de identificação com uma ideologia de tal forma que possam expressar “verdades ideológicas” como se fossem seus legítimos autores;
- Nessas ideologias, notadamente naquelas definidas por Gramsci como “historicamente orgânicas”, os sujeitos encontram o terreno para se mover, construir a própria consciência, lutar etc., aspecto que deve ser distinguido das polêmicas criadas por ideólogos individuais, estas tidas como arbitrárias;
- O termo “hegemonia”, destrinchado no conceito “organização do consentimento”, é fundamental à compreensão gramsciana da ideologia – reside aí a construção de uma consciência subordinada sem recurso à violência ou à coerção.

Com o norte resumido pelas ponderações acima, está alinhavado o campo no qual será discutido o teor ideológico da cobertura jornalística feita por “Veja” e “Carta Capital” das Jornadas de Junho. No capítulo 3, a análise de discurso das reportagens de capa que os veículos citados produziram com grande enfoque nas manifestações levará em conta a exposição dos pensamentos, principalmente, de Stuart Hall e Gramsci sobre o tema, mas, também, ensaios feitos especificamente sobre os acontecimentos históricos brasileiros por Marco Aurélio Nogueira e Venício A. de Lima, a ver na subdivisão abaixo.

2.3. A ideologia em apelos midiáticos e sua recepção pelo público

Após essa exposição inicial, é importante estabelecer o elo entre o conceito de ideologia e as manifestações inerentemente ideológicas das mensagens difundidas pelos meios de comunicação. Também entra em questão a figura do receptor – o leitor, o espectador, o ouvinte –, que não apreende um texto de maneira passiva, aceitando e adotando como suas as referências pretendidas pelo veículo emissor, mas, para Stuart Hall, se porta, basicamente, de três maneiras diferentes perante o conteúdo ofertado.

Para Hall, o indivíduo pode interpretar uma mensagem midiática de acordo com uma posição dominante, ou seja, decodificando o sentido da mensagem segundo as referências inculcadas pelo emissor em sua construção; segundo uma posição negociada, na qual o receptor balanceia as referências do emissor com suas condições particulares para interpretar o texto; ou de acordo com uma posição de oposição, em que o indivíduo compreende o conteúdo da mensagem, mas a interpreta seguindo referências alternativas às pretendidas pelo emissor (COSTA; RODRIGUES, 2013, p. 8). Com isso, o teórico deixa claras as subjetividades de cada um na forma como textos midiáticos são recebidos, fazendo um contraponto à crença de outrora na dominação completa da mensagem midiática sobre seus receptores, vistos como uma massa passiva.

A posição de interpretação mais comum é, indubitavelmente, a negociada. A recepção de uma mensagem midiática vai ter, frequentemente, a companhia da pergunta, tão sedenta por uma resposta satisfatória: "Certo, mas o que isso tem a ver comigo e como vai afetar minha vida?" Daí, prossegue o receptor em buscar as associações entre o conteúdo da mensagem recebida e seu cotidiano, suas interações sociais, seu estilo de vida, sua família, seu trabalho e a constituição, por meio de todos esses, de seu conhecimento.

É o que destaca outro fundador dos Estudos Culturais de Birmingham, Richard Hoggart, que enriquece a presente discussão por meio de um extrato de Luiz Mauro Sá Martino acerca dos pontos defendidos pelo britânico.

Aos olhos de Hoggart, o espectador é também um trabalhador, tem amigos, conversa com outras pessoas, tem uma família, e esse contexto interfere no uso que ele faz da mensagem da mídia. A mídia era discutida, pensada e ao mesmo tempo negada pelo leitor: seu poder se diluía na articulação com a vida cotidiana do receptor, era parte desse

cotidiano, mas não o dominava. (MARTINO apud COSTA; RODRIGUES, 2013, p. 6)

Não há dúvida de que todos nós consumimos os produtos da mídia de acordo com um pano de fundo inteiramente pessoal e desenhado por tudo que nos cerca, a começar pela experiência individual e culminar nas interações sociais. Cabe aí, no entanto, uma provocação: será que todos os fatos apontados acima para diluir a dominação da mídia sobre a aquisição de informações pelo receptor também não se impõem como obstáculos para o receptor checar a veracidade ou a precisão de dados divulgados por veículos de imprensa e se informar por meio de uma pluralidade de opiniões jornalísticas e especializadas?

A Pesquisa Brasileira de Mídia, da secretaria de Comunicação Social da Presidência da República², aponta que o meio de comunicação preferido dos brasileiros é a televisão, mencionada por 76,4% dos entrevistados como favorita. Na sequência, com 13,1% das menções, vem a internet. Embora isto não seja destrinchado no estudo, os números apresentados dão a impressão de que a busca por informações no Brasil se limita a um, no máximo dois meios diferentes de comunicação.

Além disso, a concentração econômica de poder na imprensa brasileira limita ainda mais o pluralismo de opiniões, mesmo que se recorra a mais de um meio jornalístico. A diluição do poder da mídia na “articulação com a vida cotidiana do receptor” pode ser relativizada também pelo fato de que a enorme maioria dos textos acessados pelo indivíduo discorre sobre acontecimentos fisicamente distantes dele e das pessoas com quem interage costumeiramente, de forma que, usualmente, ele não possa contrapor diretamente aos relatos midiáticos o que é dito por conhecidas e conhecidos na procura da versão que mais lhe soe verídica.

Tais ponderações se aplicam bastante apropriadamente ao momento em que a adesão massiva às manifestações se dissipou e restaram apenas demonstrações com contingentes na casa das centenas de marchantes; as manchetes de jornal sobre

²Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acessado em 15/5/2015.

manifestações sociopolíticas davam às matérias tom de notícias de trânsito, por exemplo³: “Protesto de Black Blocs complica trânsito no Centro.”

A identificação dos leitores e internautas com a própria situação ruim de mobilidade, agravada pelos protestos e sendo realçada pela mídia ao status de informação mais relevante no relato sobre uma marcha protestante, contribuiu para que o apoio geral às manifestações despencasse. Com o consentimento da maioria, preocupada com a volta para casa, que normalmente já requeria múltiplas horas, esse tipo de capa de jornal ou matéria de site de notícias se proliferou rapidamente.

Igualmente contributivo para a construção do variável perfil de consumo de mídia pelos receptores é o parecer de Gramsci sobre o apego de um indivíduo às subjetividades enxergadas por ele em seu próprio grupo social, com o qual se identifica, e aos argumentos daqueles que defendem esse grupo. Para o filósofo italiano, um fator preponderante é um elemento de fé,

notadamente, no grupo social ao qual [se] pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que, no meio de tantos, ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que – em seu grupo – existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário; e, de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira que ele se convenceu de sua justeza, as razões de sua fé (GRAMSCI apud COSTA, 2012, p. 5).

As citações evocadas até aqui clarificam a diversidade de fatores que entram em questão na interpretação individual por um receptor de uma mensagem da mídia, de forma que não se dependa apenas da codificação a que aquela foi submetida anteriormente a sua difusão. Ao chegar ao campo de percepção de um leitor, o texto adentra um campo de luta mental, onde entram em negociação o sentido que permeia o conteúdo da maneira pretendida originalmente pelo meio de comunicação e todo o pano de fundo subjetivo e social do receptor, suas experiências e interações pessoais, a fé em seu grupo social e naqueles que o representam ativa e publicamente de maneira mais eloquente que este indivíduo consiga fazer.

³TEIXEIRA, Fábio; BERTHONE, Rodrigo. “Protesto de black blocs complica trânsito no Centro.” Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/protesto-de-black-blocs-complica-transito-no-centro-10151841>. Acessado em 15/05/2015.

Contudo, há ainda de se refletir acerca do relativo sucesso encontrado por certas mensagens midiáticas ao receber o respaldo de vários indivíduos que, originalmente, diziam querer combater justamente as práticas e ideias do emissor responsável pelo texto. Em outras palavras, há casos – e não são poucos – de mensagens ideologicamente motivadas que foram codificadas de tal forma que as referências de sua construção, contra as quais determinadas pessoas afirmam lutar, ganharam a concordância exatamente desse mesmo público. A respeito dessas ocasiões, diz Hall, é necessário questionar o que naquela ideologia agrada a setores da sociedade e lhes mobiliza a ações políticas que eles costumam, na verdade, combater. De acordo com ele, deve-se perguntar “não o que há de falso nela, mas o que há de verdadeiro. Por verdadeiro eu não quero dizer universalmente correto como uma lei do universo, mas que ‘faz sentido’” (HALL apud SCHNEIDER, 2006).

Compreende-se daí que é essencial, antes de se criticar uma ideologia com a qual não se concorde e seus propagadores – sejam eles conscientes ou inconscientes –, apurar o que naquele conjunto de ideias com fins políticos atrai segmentos da sociedade que, seguindo uma determinada lógica, deveria, na verdade, refutá-lo, por ser justamente o exercício prático daquela visão de mundo que os coloca em uma conjuntura da qual eles almejam escapar.

Auxilia nossa compreensão a constatação contida em texto de Evandro Ouriques, dando conta de que a identificação científica de como opinião pessoal se transforma em opinião pública permite “a emancipação ou manipulação das predisposições do indivíduo, como bem percebeu o publicitário Cid Pacheco [...], ao afirmar que ‘à revelia das predisposições nenhuma manipulação prospera’” (OURIQUES, 2013 p. 120).

Isso significa que a manipulação nunca atinge um indivíduo que em nada se identifica com o que a mensagem manipuladora diz. As predisposições dos receptores são sempre visadas pela mensagem que pratica o proselitismo, que objetiva exercer o “agendamento”; trata-se do manifesto assinado verbal e abertamente por certos jornalistas, editores e/ou diretores de veículos midiáticos, segundo o qual eles “falam o que seu público quer ouvir”. Tais emissores, no entanto, buscam dialogar justamente com o que eles querem que o público queira ouvir.

Sendo assim, de forma nenhuma que o processo comunicacional entre mídia e indivíduos se dá de maneira unidirecional, afinal, os indivíduos são consumidores do produto das empresas de comunicação e, como regem os princípios do marketing, o produto é também constituído de acordo com os hábitos de consumo de seus receptores. É flagrante a adoção da “posição negociada” elucubrada por Hall não só na recepção, mas na concepção da mensagem, à medida que – tomando-se uma liberdade comparativa –, como diz Gramsci, a mensagem hegemônica absorve um pouco da ideologia proletária, mesmo que aqui não discutamos exclusivamente esta classe. A mensagem midiática pretensamente manipuladora é, portanto, moldada de acordo com as predisposições de seus receptores com as quais ela deve dialogar para obter relativo sucesso em lhes passar o sentido desejado por seus construtores.

Também cofundador dos Estudos Culturais Britânicos, Raymond Williams já alertava décadas atrás contra a crença de que as massas acreditam piamente nos relatos da mídia. “[...] A não ser a pequena camada de leitores críticos, quase sempre possuidores de preparo especial, o resto dos leitores alimenta uma atitude de suspeitosa descrença no que leem, ouvem, escutam etc.” (WILLIAMS apud COSTA, 2012, p. 7)

Cabe questionar, entretanto, pelo que é complementado esse vazio deixado pela descrença nas notícias no processo de autoinformação do público. A suspeita surge no momento em que se recepta o texto. Mas ela paira eternamente sobre aquela informação, ou, depois de um tempo, vai para o "fundo da cabeça" do receptor como algo que, possivelmente, é verdade e, assim, pauta suas interações comunicacionais no trabalho, com amigos e com a família (os alicerces da dita “opinião pública”), mesmo que nelas seja ressalvada a “suspeitosa descrença” exprimida por Williams?

Um mesmo grupo, num dado momento, pode fazer determinada leitura da realidade a partir de códigos hegemônicos e, em outro dado momento, a partir de códigos contestatórios. Corrobora esta afirmativa o surgimento da Mídia NINJA, que transmitiu todos os protestos a partir de junho retrasado ao vivo, sem muitos comentários textuais, e evidenciou, entre outras coisas, a truculência policial no lidar com manifestantes.

A emergência desse veículo alternativo, cuja transmissão ao vivo deixava pouco ou nenhum espaço para manipulações – até porque as transmissões eram realizadas a partir de diversas câmeras, afastando a possibilidade de ocultação proposital de

determinados acontecimentos – proveu a população de uma visão até então desconhecida, sem filtros, do que transcorria em lugares em que ela não estava e sobre os quais ela só ficava sabendo por meio de veículos tradicionais de imprensa. Foi recorrente durante os protestos a aquisição de informações por interessados nas marchas pelo canal Globonews – notadamente um veículo hegemônico – e pela Mídia NINJA de maneira simultânea.

Durante os protestos de Junho de 2013, emergiu dentre a população de classe média uma desconfiança antes pouco latente em relação às informações dos veículos tradicionais, como “Folha de S. Paulo”, “O Globo”, “O Estado de S. Paulo”, TV Globo e Globonews. Estes veículos iniciaram sua cobertura das manifestações, quando estas ainda não gozavam de intensa adesão popular, se postando ao lado das ações repressivas das polícias militares, desclassificando os manifestantes como jovens de classe média para quem os vinte centavos pelos quais presumidamente lutavam não fariam a menor falta. O comentarista da TV Globo Arnaldo Jabor teve a infelicidade de se expressar sem qualquer conhecimento profundo sobre as causas defendidas, e teve que se retratar de seus comentários dias depois frente à mobilização sem precedentes em favor das manifestações.

Quando os primeiros repórteres foram acertados por cassetetes e balas de borracha, os jornais tradicionais e conservadores direcionaram um olhar mais aberto à reação do Estado aos protestos. A cobertura que, até então, vinha adotando uma postura completamente antagônica às reivindicações populares e a forma como estas se deram mudou drasticamente, gerando um súbito abalo à credibilidade de que os veículos supracitados gozavam.

Por sua vez, as redes sociais, notadamente Twitter e Facebook, classificadas no ensaio “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”, de Venício A. de Lima, no livro “Cidades rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, como as novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), foram um espaço vital para a articulação inicial das Jornadas de Junho de 2013. Essas plataformas possibilitaram aos manifestantes a organização de pontos de encontro e horários de concentração para os atos, assim como emplacaram um efeito bola de neve em sua divulgação. Mas a evolução dos protestos de um meio para um fim, ou seja, de expositores de uma causa para causadores de uma consequência concreta no âmbito da

política representativa, não depende exclusivamente da mobilização de seus participantes. Para que ocorra uma mobilização prática dos representantes eleitos pelo povo nas três esferas (municipal, estadual e federal) dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a partir das reivindicações levantadas em gritos e cartazes, é necessário que se tenha visibilidade o suficiente para instigar a opinião pública. E o poder de tornar coisas públicas ainda reside, em nosso país, naquela que o ensaio denomina a “velha mídia”, composta por veículos tradicionais de televisão, rádio, jornais impressos e revistas – sendo esta última categoria o foco da presente monografia, por meio de “Veja” e de “Carta Capital”. Fica a questão: a velha mídia forma, informa ou deforma a opinião pública?

Sucedem, ademais, que essa “velha mídia” exerce papel preponderante na cultura arraigada entre os cidadãos brasileiros de desqualificar tanto os atores da política como esta como um todo. De acordo com o ensaísta, “não se podem ignorar os riscos potenciais para o regime democrático quando é essa a cultura política que prevalece” (LIMA, 2013, p. 90). A posição assumida pela “velha mídia”, como procede o autor, é a de incremento do *system blame*, notadamente uma ação de culpar generalizadamente o sistema democrático vigente e atravancar a consolidação da democracia. Desse posto, a “velha mídia” se vê apta a cooptar e desvirtuar as bandeiras autenticamente levantadas pelos manifestantes e introduzir, por meio de sua cobertura dos acontecimentos, suas próprias bandeiras nos protestos, inclusive pautando-os à medida que lhes confere visibilidade pública. No momento em que, como explicado anteriormente, os veículos tradicionais enxergaram a possibilidade de apropriação das manifestações, o jogo virou – a organicidade que mobilizava jovens ativistas a resistir à repressão policial foi parcialmente corrompida pelo filtro da televisão e, assim, culminou na noite em que milhões de brasileiros foram às ruas em centenas de cidades. Os dizeres de faixas e cartazes, no entanto, eram de uma difusão tamanha que não se via uma exigência concreta e consensual – exceção feita ao que esses mesmos veículos generalizadamente intitulam “manifestar-se pela democracia e contra a corrupção” e que, concretamente, pouco significa.

A “autoatribuição” do papel de pautar grandes manifestações, exercida pela “velha mídia”, ajuda a explicar a transição das manifestações de uma predominância de público jovem, originalmente orientado pelas pautas do Movimento Passe Livre, à

adesão de pessoas mais velhas e de pautas não só mais conservadoras e descoladas do movimento inicial, como de pautas totalmente difusas – um passo considerável em direção ao supracitado *system blame*.

O ensaio “Mídia, Democracia e Hipermodernidade”, do livro “As Ruas e a Democracia”, de Marco Aurélio Nogueira, explora o atual processo de formação de opinião de indivíduos. Ele diagnostica:

Vivemos em busca de alguma forma nova de vida coletiva [...] indivíduos tornam-se ao mesmo tempo muito sensíveis e muito críticos aos apelos midiáticos, já que se põem, diante deles, como pessoas informadas e desejosas de construir suas próprias opiniões (2013, p. 185).

Conjugando a passagem acima à afirmação do ensaio de Venício A. de Lima (de que o poder de tornar as coisas públicas ainda pertence à velha mídia), deduz-se que, muito embora a geração de indivíduos que vem descortinando seu processo de politização nos últimos anos se posicione criticamente diante dos “apelos midiáticos”, é destes que ela depende – e se requer aqui atenção ao trecho “tornam-se [...] muito sensíveis...” extraído do artigo de Nogueira – para reunir informações minimamente bastantes à formação de uma visão de mundo e, assim, tornar-se um conjunto de indivíduos informados. A partir dessa conclusão, fica cada vez mais evidente como mesmo pautas orgânicas, a exemplo da levantada pelo Movimento Passe Livre – essencial ao tópico discutido por esta monografia –, são permeáveis à ação apropriadora de canais de televisão, jornais impressos, estações de rádio e revistas. Não só o MPL e outros coletivos são constituídos de indivíduos que querem se colocar, diante de apelos midiáticos, “como pessoas informadas e desejosas de construir sua própria opinião”, como, também, o desencadeamento do processo de “tornarem-se públicos” de movimentos sociais incipientes fica à mercê de como outros indivíduos fora deles os percebem por meio dos veículos de comunicação tradicionais.

Em suma, parece que o processo de aglutinação de indivíduos orientados por objetivos sociopolíticos comuns em coletivos de ação nunca foi tão fácil, muito graças, entre outros fatores, ao já mencionado efeito cascata de divulgação de informações praticado nas redes sociais, em que usuários repassam conteúdo adiante exponencialmente, já que cada indivíduo conectado àquele primeiro pode compartilhar a informação com todos os seus próprios contatos e assim por diante. Por outro lado, o

atingimento desses objetivos sociopolíticos em escala relevante aos rumos de uma cidade, de um estado ou do país dificilmente será concretizado se as ações coletivas não passarem pelo crivo da mídia tradicional a ponto de mobilizar uma parcela relevante e suficiente da população.

Além disso, não só as possíveis apropriações engendradas pela velha mídia, ao próprio gosto e interesse, sobre as pautas de um coletivo criam o risco de tornar seus gritos difusos ou ineficazes ao lhes dar notoriedade – a simples apreensão e interpretação de seus objetivos por um grupo maior de pessoas faz com que cada um desses “novos” indivíduos releia e ressignifique as reivindicações originais. Isso porque, como explica Nogueira sobre os processos de formação de opinião pública vigentes hoje,

Há mais “flutuação”, mas também mais “responsabilidade individual”, as pessoas são simultaneamente individualistas e individualizadas, do mesmo modo que há mais participação (e mais vontade participativa) mas menos política (Ibidem, p. 188).

A constelação social vaticinada pelo ensaísta, ou seja, a vivência “em busca de alguma forma nova de vida coletiva”, em meio à qual as “pessoas são simultaneamente individualistas e individualizadas”, constitui um momento de transição que dificulta a transformação, como ele mesmo diz, da participação em política. O que vemos hoje é que a condução disforme e mutante de vida coletiva na qual estamos inseridos é outro recém-surgido (ou recém-descoberto) fator a travar uma disputa com o filtro midiático aplicado sobre uma ação coletiva. No campo de batalha cognitivo, a luta entre esses dois (e possivelmente outros) “combatentes” resulta em uma determinada interpretação pelo público receptor das notícias veiculadas midiaticamente e, também, posteriormente, nos respectivos desdobramentos daquela ação coletiva noticiada.

3. ANÁLISE DO DISCURSO DE ‘VEJA’ E ‘CARTA CAPITAL’

Quando as passeatas organizadas pelo Movimento Passe Livre em junho de 2013 tiveram uma súbita adesão em massa, passando para a casa de dezenas de milhares de participantes, muitos veículos da mídia brasileira se viram perplexos diante de um fenômeno de mobilização há décadas sumido da terra nativa. É claro que as reações são

distintas em meios de circulação imediata, como a televisão, a internet e o rádio, quando comparados a colegas de periodicidade mais esgarçada. Portanto, a análise de reportagens de duas revistas semanais, “Veja” e “Carta Capital”, notoriamente posicionadas à direita e à esquerda no espectro ideológico, abarca, em teoria, discursos elaborados em maior profundidade e, portanto, mais fidedignos à representação, à compreensão e à atribuição de significado a aspectos da existência social de acordo com seus respectivos posicionamentos.

Enquanto “Veja” produziu três reportagens de capa sobre as Jornadas de Junho em sequência imediata a partir de 19/6/2013, “Carta Capital” fez, no momento apoteótico das marchas, duas edições com foco maior nos protestos. Impôs, depois, um intervalo de quatro edições no tocante a reportagens de capa relacionadas aos atos públicos, retomando então o tema no contexto da tática black bloc.

O método aqui adotado para analisar os discursos consiste na exposição em resumo das capas e reportagens de capa de cada publicação e, depois, no escrutínio de certas práticas verbais que denotem a adoção e/ou o estímulo à polarização ideológica pelos leitores. Os frutos desse estudo serão, posteriormente, usados como base para as considerações finais, o que inclui reflexões sobre o efeito que os apelos de “Veja” e “Carta Capital” possam ter tido nas compreensões relações sociais entre participantes e pessoas que acompanharam as manifestações.

As fotografias selecionadas e encaixadas pelos veículos em suas respectivas páginas também constituem um importante indicativo da intenção que move os redatores e editores quando mostram o mundo sob determinada perspectiva a seus leitores.

A revista “Veja” pertence ao Grupo Abril e possui a maior tiragem de um semanário no país, de 1,1 milhão de exemplares por edição⁴. A “Carta Capital”, por sua vez, tem tiragem de 70 mil exemplares semanais⁵.

⁴ Disponível em <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral>. Acessado em 11/6/2015.

⁵ Disponível em <http://www.donosdamidia.com.br/veiculo/31106>. Acessado em 11/6/2015.

3.1. As reportagens de capa de 'Veja'

A capa da edição 2326 da revista "Veja", de 19/6/2013, traz uma foto de um pequeno foco de incêndio, em frente a um ponto de ônibus em cuja estrutura foi pichada a inscrição "CONTRA O AUMENTO", em tinta vermelha. A manchete anuncia "A REVOLTA DOS JOVENS", e o subtítulo indaga: "Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?"⁶

A reportagem de capa é intitulada "A RAZÃO DE TANTA FÚRIA". Um subtítulo questiona se o preço das passagens é mesmo a causa que levou tantos às ruas. As primeiras duas páginas abrigam uma foto da área em frente ao Teatro Municipal de São Paulo tomada por manifestantes, e sua legenda informa que aquele protesto "produziu o maior número de detidos em confronto com a polícia desde o regime militar".

A reportagem começa chamando o reajuste das passagens de "faísca", mas o "combustível era composto de bem mais do que um elemento", afirma-se. O texto de Bela Megale e Carolina Rangel especula que a "rapaziada que [...] foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário". O ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill é parafraseado para afirmar que quem não se torna um conservador aos 40 anos "não tem cérebro".

Diz-se que "essa minoria", o MPL, "interessa pouco". As autoras espantam-se com o "fato de que [...] milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais". Mais adiante, estuda-se o impacto das passagens de ônibus no orçamento mensal dos paulistanos e chega-se à conclusão de que é muito maior do que o que ocorre em Nova York e em Londres.

O texto segue afirmando que ficou claro que "boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus". Questiona que direitos são esses pelos quais se luta e vocifera, e afirma que, "mesmo quando nem eles próprios [os manifestantes] sabem contra o que [...] se rebelam", há de se aplicar a máxima da medicina chinesa segundo a qual "a queixa é a própria doença". "E qual seria a doença brasileira [...]?", indagam as autoras.

⁶ Todas as referências a conteúdos da revista "Veja" estão disponíveis em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em: 15/12/2014.

O número seguinte da revista "Veja", de 26/6/13, foi denominado de "Edição Histórica", e a totalidade de sua capa é ocupada pela foto de uma jovem coberta com a bandeira brasileira, ao fundo da qual está um foco de incêndio. A manchete escolhida foi "OS SETE DIAS QUE MUDARAM O BRASIL". A inscrição do estandarte pátrio, "Ordem e Progresso", tem destaque especial, já que o pano em que a manifestante se enrolou aparece esticado na imagem, de modo que é criado um contraste entre o primeiro e o segundo planos da foto: a ordem em oposição à desordem incendiária.

O texto é aberto com a afirmação de que os partidos de esquerda foram os mais acuados. "Veja" relata que os militantes petistas foram atacados e suas bandeiras foram queimadas e rasgadas.

Viram-se as páginas e dois jovens aparecem em primeiro plano estendendo uma bandeira verde e amarela, mesma cor da iluminação de uma torre ao fundo. A sequência da reportagem traz uma análise de Otávio Cabral sobre as reações da presidente Dilma Rousseff. Ele afirma que a mandatária é meritória no reconhecimento de que o país vivia um fenômeno social novo, reconhecimento apontado pelo redator como raro entre políticos de esquerda.

Na parte inferior começa uma linha com as opiniões de mais de 100 participantes das manifestações, ouvidos pela publicação em diferentes cidades. À direita, destaca-se uma pesquisa conduzida pela editora Abril com estatísticas relacionadas às principais bandeiras que motivam os entrevistados ("Corrupção" aparece em primeiro lugar com 53% das respostas; as barras que dimensionam as porcentagens foram coloridas de vermelho). Há também respostas sobre quem foram "Os grandes perdedores", sendo 59% para "Partidos Políticos"; e "Os partidos mais condenados", quesito em que são exibidas as respostas "PT", com 33%, "PSDB", com 4%, e "Todos", com 58%.

Nas páginas seguintes, fotos relembram os protestos de 1968 na França e a eleição de Georges Pompidou, "um candidato de direita", à Presidência do país europeu. O texto traça uma comunhão com as imagens, acrescentando o caso do movimento *flower power* nos Estados Unidos, após o qual o conservador Richard Nixon foi eleito. No final da análise, fala-se novamente da "verdadeira revolução", agora destrinchada no fato "certo" de que "as ruas das grandes cidades brasileiras parecem agora vacinadas contra o proselitismo, as ideologias velhas e o populismo".

O foco seguinte da reportagem, escrito por Robson Bonin e Otávio Cabral, é a postura de oposição interna no PT que o então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, exercia, na visão da publicação, à presidente Dilma Rousseff. Também é alardeada a suposta participação de dois assessores da secretaria comandada por Carvalho, dois assessores do governo federal e um ex-assessor da Presidência em um protesto com queima de pneus que foram, ainda supostamente, transportados por um caminhoneiro pago pelo serviço. Com os dois realces deste fragmento da reportagem de “Veja”, chega-se a uma corrente de petistas que estaria minando a presidente Dilma Rousseff para que Lula disputasse a eleição de 2014. Chama atenção, em página posterior, uma foto em que um homem enlaçado em uma bandeira do Brasil queima uma bandeira do PT. A legenda da imagem acusa militantes petistas de infiltrar os protestos a mando de líderes do partido. “Mas eles acabaram expulsos pelos manifestantes”, conclui o texto explicativo.

Há, ainda, um segmento da reportagem reservado à exaltação da rejeição à PEC 37. “Veja” sustenta que a proposta de emenda constitucional fora “patrocinada pelo PT e pelos mensaleiros recém-condenados à prisão”. Embora se mostre de início muito favorável à derrubada da PEC em eventual votação no plenário do Congresso Nacional, o periódico afirma, já no parágrafo final da matéria, que tanto defensores quanto opositores da proposta exibem “argumentos sólidos”.

Após passagem explicitando o gasto de dinheiro público na construção de estádios e de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, a principal reportagem da edição em discussão se põe a destrinchar o custo do cancelamento dos reajustes das passagens de transporte coletivo para o próprio contribuinte.

Ao fim, critica-se a desoneração tributária da compra de automóveis particulares e o subsídio ao preço de gasolina. Também o subsídio ao barateamento da conta de luz dos brasileiros é citado, concluindo-se que “o governo faz seu marketing eleitoral e manda a conta para os brasileiros. É desse tipo de enganação que o povo está farto”.

Em seguida, surge a matéria “Cartel da roda presa”, sobre as empresas que fornecem o serviço de transporte rodoviário municipal nas cidades brasileiras. O redator Alexandre Aragão enfoca o processo de licitação do serviço desenvolvido em Brasília. Cita que quem conduziu a licitação foi um escritório de advocacia que fez doação à campanha de Gleisi Hoffmann, então ministra da Casa Civil, ao Senado. O mesmo

escritório já havia prestado serviço a uma das empresas de transporte vencedoras da licitação. Para concluir a matéria, afirma-se que o presidente da comissão de licitação envolvida no processo é o delator de um esquema de corrupção no governo de José Roberto Arruda. Essa delação, segundo o autor, abriu caminho para o atual governador, Agnelo Queiroz, do PT.

O enfoque posterior cabe à parcela dos manifestantes que partiu para o enfrentamento com a polícia e protagonizou depredações ditas simbólicas no combate ao capitalismo. O subtítulo da matéria anuncia que “entre os vândalos que macularam os protestos há desde militantes de esquerda até pitboys sem causa, mas são os anarquistas que incitam o quebra-quebra”.

O desfecho da reportagem de capa da edição 2327 cabe ao apontamento do próximo objetivo do Movimento Passe Livre depois da rendição do prefeito de São Paulo aos protestos pelo cancelamento do aumento das passagens. As redatoras Bela Megale e Carolina Rangel incluem em seu texto que o grupo mais próximo aos porta-vozes do MPL engloba amigos ligados a movimentos como o MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto] e a partidos como o PSOL.

A capa da edição subsequente de "Veja", de número 2328 retrata uma multidão de manifestantes, com uma bandeira do Brasil à frente, empurrando sedes das instituições políticas de Brasília, como o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, em direção a um abismo. Mascotes da Copa das Confederações já aparecem caindo, junto à bola de futebol oficial da competição. A manchete questiona: "Então é no grito?" O subtítulo reconhece o êxito dos protestos em chamar atenção do poder público, mas afirma que "as ruas não podem substituir as instituições".

Ao abrir das páginas iniciais da reportagem de capa, o título é novamente formulado em tom de interrogação: "Não é que funciona mesmo?" A resposta à pergunta retórica vem em seguida, com a informação de que as manifestações "conseguiram a façanha" de mobilizar os três poderes. Um recorte traz o placar da votação que derrubou a PEC 37, e a legenda da foto em que uma multidão toma os jardins da praça dos Três Poderes anuncia: "Brasil 5 x 0 Brasília", de maneira alusiva à Copa das Confederações, que transcorria à época.

A seguir, a diagramação em duas páginas traz o contorno de um vulcão em erupção. Em cada lado, aparece a silhueta de uma multidão empurrando as sedes dos

poderes políticos em Brasília para a boca do vulcão. Junto à fumaça da erupção, foram listadas palavras usadas mais frequentemente durante as manifestações segundo pesquisa da revista. "A predominância do 'não' é indício do desconforto das pessoas com tudo o que está aí", afirma-se na legenda.

No interior do vulcão, aparecem "as tensões profundas": a publicação lista o mensalão, escândalos no Enem, a tragédia na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), os deslizamentos de terra e as conseqüentes mortes em decorrência de chuvas torrenciais, a inflação, os crimes bárbaros, o caos aéreo, a volta de Renan [Calheiros], o engarrafamento e os estádios bilionários para a Copa do Mundo no país.

A matéria principal da edição afirma que políticos de todos os partidos tiveram a imagem arranhada pelas grandes passeatas. A tomada da Bastilha, símbolo da Revolução Francesa, é retratada na imagem da página posterior.

Menciona-se que nem medidas como redução das tarifas de ônibus intermunicipais impediu que a popularidade do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, despencasse. Em sequência, afirma-se que o prefeito da capital paulista, Fernand Haddad (PT), amargou tantas derrotas que aliados o consideram um "pato manco". O raciocínio é concluído com a afirmação de que Dilma Rousseff foi, afinal, a vítima do maior desgaste.

O que vem depois é a constatação de que a maior parte dos manifestantes era de classe média e tinha acesso a ensino universitário.

Em um segmento posterior, sobre a súbita mobilização de congressistas para atender o clamor das ruas, lembra-se a proposta da presidente Dilma Rousseff de convocar uma Assembleia Constituinte exclusiva para a formulação e votação da reforma política. Nesse ponto, a ideia é chamada de "ladina armação de radicais do PT para acelerar sua agenda totalitária". Uma fala do então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB), chamando a Constituinte de golpe e perguntando ironicamente se a presidente acha que ela é o Chávez e o Brasil é a Venezuela, é citada.

Na matéria "O dilema Rousseff", título imbuído de um jogo de palavras com o primeiro nome da presidente, Robson Bonin analisa que, em um momento de baixos níveis de aprovação de seu governo, Dilma deveria mostrar a força das instituições democráticas em uma resposta aos anseios da sociedade.

Uma reportagem de Pieter Zalis aprofunda o estigma negativo que a publicação atribui à medida de consulta popular. Depois de uma série de pontos-chave em que explana as intenções ocultas do PT com a proposta do plebiscito, Zalis segue para o desfecho com a afirmação de que brasileiros clamam pela reforma ética dos políticos, e não pela reforma política.

Nas páginas seguintes, "Veja" questiona que candidatos à Presidência poderiam capitalizar as manifestações eleitoralmente em 2014. Fala brevemente de Marina Silva, que à época ainda tentava oficializar a Rede Sustentabilidade, e dedica as últimas três colunas aos movimentos do senador Aécio Neves (PSDB).

O que vem sem seguida é uma análise do efeito das manifestações sobre o julgamento de recursos após as condenações na ação penal 470 do STF (Supremo Tribunal Federal), o chamado caso do mensalão. À época, nenhum dos réus desse julgamento havia sido preso – e é justamente a reversão desse quadro que a publicação pede. Para ilustrar a conexão entre a ação penal e os protestos, a matéria foi encabeçada por uma foto de manifestantes com cartazes que dizem "Mensaleiros na cadeia já!" e similares. Estes aparecem sobre o título "Mensaleiros em pânico".

Ao oferecer a seus leitores uma análise sobre o comportamento de torcida e jogadores nos jogos da seleção brasileira pela Copa das Confederações, que se desdobrou nas semanas seguintes às maiores manifestações e protagonizou algumas próprias, "Veja" enxerga no gesto de cantar o hino nacional à capela mesmo após o sistema de som ser silenciado um novo tipo de protesto. Ao fim, conclui-se que as manifestações serviram também para recolocar o efeito do futebol em seu devido patamar, livre de "ufanismo tolo".

A última parte da reportagem de capa é uma análise de J.R. Guzzo sobre a reação do governo aos protestos, em que o articulista considera que Dilma não ouviu a voz das ruas, tampouco apresentou qualquer proposta viável para atendê-las. Ele defende a adoção do voto distrital para eleições a cargos legislativos, ataca o financiamento integralmente público de campanhas eleitorais e pede que as mudanças comecem pelo fim dos privilégios dos parlamentares.

Argumenta, também, que o governo erra há dez anos na avaliação que faz da "imprensa livre", e conclui dizendo que Lula e Dilma estão colhendo o que semearam.

3.2. Análise discursiva das reportagens de ‘Veja’

O discurso de “Veja” a respeito dos protestos pode ser escalonado em três momentos distintos, que correspondem às três edições analisadas. Num primeiro instante, a retórica da revista se dá de maneira distanciada dos atos e rapidamente se coloca a ironizar a esquerda, cujos militantes são acusados de organizar o “quebra-quebra” em nome do “exercício passageiro de um socialismo revolucionário”. Fala-se abertamente na tentação de se tacharem os marchantes identificados com a esquerda de “rebeldes sem causa”, e as depredações são levadas ao centro da discussão com as expressões “fúria difusa”, “baderna”, “vandalismo” e imagens com focos de pequenos incêndios. A incompreensão da revista com as Jornadas se evidencia na passagem que diz que aqueles “milhares de rapazes e moças [...] tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais”. Apesar do evidente desgosto pela esquerda e da falta de identificação com os integrantes dos protestos, em nenhuma linha da primeira edição da publicação do grupo Abril sob análise aparece o termo “direita”, tampouco a revista refere-se a si como adepta de uma ideologia de direita.

A segunda edição de “Veja” estudada para esta monografia, como lançada depois do dia em que as passeatas atingiram o auge de adesão (20/6/2013), é nomeada uma edição histórica e representa a fase de euforia editorial do periódico, euforia esta calcada na percepção de que a dimensão nacional assumida pelas manifestações permitiria ataques diversos ao PT, ao governo federal e, de tabela, à esquerda. A presença de milhões de pessoas nas ruas é descrita com as palavras “inebriante”, “mobilizadora”, “assustadora” e “apaixonante” – estas detêm teor positivo e superlativo e, portanto, oposto aos termos destacados da primeira edição – e sustenta-se que tudo aquilo era muito maior que protestos contra o aumento das passagens de ônibus.

“Veja” se apropria do momento para desqualificar, com vários termos de denotação negativa, o PT, a presidente Dilma Rousseff, o governo federal e a esquerda como um todo. A essas personagens do quadro político dirigem-se os vocábulos “acuada”, “perplexa”, “perdido”, “odiados”, “oportunistas”, “pasma”, “impotente”. Militantes petistas são chamados de “intrusos”, e o fato de que foram “escorraçados” e tiveram bandeiras queimadas é celebrado pelos redatores, em contraponto à condenação

que a revista exerceu quando retratou a violência das depredações dos que chamou de “vândalos e anarquistas” – estes, ela pede a leitores que sejam esquecidos.

Para além disso, ao definir a “verdadeira revolução” como a ocupação das ruas por “multidões de libertários independentes não ideológicos”, o veículo de comunicação enxerga valor positivo na ausência de ideologia, ou, mais ainda, valor negativo em sua presença. Subentende, assim, que a ideologia é uma exclusividade da esquerda, em contraponto ao caráter plural do conceito que foi analisado ainda no capítulo 2 desta monografia. Ao definir a luta dos manifestantes como o combate a “tudo isso que está aí”, “Veja” endossa, ademais, uma culpabilização generalizada, para cujos riscos já se alertara com a explanação do conceito de *system blame*, também no capítulo 2.

É nesta segunda edição que aparece, pela primeira vez, o termo “direita”, quando se fala do viés ideológico do candidato eleito na França após a série de atos da juventude de esquerda em Maio de 1968. Uma análise posterior, na edição posterior, repete o termo ao afirmar que o PT não conseguiu dizer que as manifestações eram invenções da “imprensa de direita” – esse último caso não configura uma autoidentificação de “Veja” como parte dessa imprensa de direita, mas sim uma ironia dirigida ao discurso do PT e da esquerda sobre a mídia brasileira.

A diagramação das dezenas de páginas pelas quais se alastra a reportagem de capa em questão sustenta sempre as cores verde e amarelo, seja em faixas no topo das folhas ou nas fotos selecionadas, em que predomina o estandarte pátrio. Essa coloração, aliada à exaltação da não ideologia e ao combate a “tudo isso que está aí”, transparece um caráter de nacionalismo nas linhas traçadas por “Veja”.

O terceiro momento da abordagem que a revista faz sobre as manifestações assume, na capa da edição 2328, uma postura de hesitação diante da suposta possibilidade de que os marchantes quisessem atropelar as instituições em que se pratica a política representativa e decidir os rumos do país “no grito”.

A expectativa criada com a capa, no entanto, não encontra base na reportagem principal, na qual, na verdade, predominam:

- 1) A culpabilização generalizada do sistema, uma vez com a afirmação de que a predominância da palavra “não” nas citações aos protestos nas redes sociais configura um desconforto com “tudo isso que está aí” e

outra ao se dizer que os jogadores da seleção brasileira estavam correndo “a favor de todo mundo que está contra tudo o que está aí”;

- 2) A caracterização negativa da reposta de Dilma Rousseff aos protestos e o ataque a sua proposta de que fosse convocada uma assembleia constituinte exclusiva para a elaboração de uma reforma política, esta chamada de “ladina armação de radicais do PT”, “agenda totalitária”, “visão totalitária”, “golpe”, “populista”, “radical”, “espertalhona”, “estapafúrdia”, “marquetagem” e “demagogia”;
- 3) E a inauguração do período pré-eleitoral, ao exaltar a oposição que “flexiona os músculos” e apresentar o senador Aécio Neves, do PSDB, como um dos pré-candidatos à Presidência na eleição de 2014 com a afirmação de que ele “foi para o combate” com um discurso para “detonar” a proposta da Constituinte. Diz-se também que a defesa pelo senador do voto distrital misto “evitaria o ruinoso efeito Tiririca” do voto proporcional – aqui, outra bandeira abertamente hasteada por “Veja”.

Quando se observa o quadro completo da abordagem do semanário do Grupo Abril sobre as manifestações, percebe-se que, na primeira edição analisada, a postura é de perplexidade diante da presença de tantos jovens nas ruas em combate a um reajuste de 20 centavos nas tarifas de transporte coletivo das capitais. A partir do momento em que as jornadas assumem uma dimensão nacional, “Veja” exhibe passagens eufóricas diante da possibilidade de relacioná-las diretamente a uma contrariedade ao governo do PT. Por fim, na terceira edição analisada, a euforia é refreada diante do medo da revista de que as marchas continuassem com o objetivo de forçar as decisões políticas do país à revelia das instituições de política representativa, como o Congresso Nacional.

3.3 As reportagens de capa de ‘Carta Capital’

A primeira edição da revista “Carta Capital” a ocupar sua capa com as manifestações foi a de 26/06/2013, sob a manchete “NINGUÉM CONTROLA A RUA

– As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos”⁷. A parte ilustrativa traz uma imagem colorida digitalmente apenas com vermelho e roxo, em que um manifestante não identificável segura um cartaz com os dizeres “PAREM DE SUBESTIMAR O POVO”.

O primeiro parágrafo da reportagem de capa traz uma abordagem irônica ao tratamento pejorativo inicialmente dispensado por parcelas da população aos participantes dos primeiros atos convocados pelo Movimento Passe Livre. Tal abordagem é direcionada ao fato de que muitos dos que criticavam as manifestações se puseram, depois, por conscientização ou oportunismo, a engrossá-las.

Abre-se a tribuna à voz de um representante do MPL, que explica a decisão de seguir convocando atos mesmo depois da revogação do aumento das passagens em diversas metrópoles. A posição no texto dá ao movimento status de protagonismo, e o espaço destinado à fala é grande. Define-se, então, a formação do coletivo por militantes de esquerda, contrariados com parasitas desejosos de introduzir pautas estranhas. Na terceira, outro porta-voz do movimento reclama da presença de muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista.

Depois de ocupar mais uma série de linhas com a avaliação exclusiva à postura institucional do PT, os autores da reportagem afirmam que a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta, como se não fizessem parte do setor que escrutinam.

Na próxima passagem relevante a esta monografia, a reportagem se refere a expoentes da política e enumera Dilma Rousseff e Lula, dois líderes petistas, e Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves, dois líderes do PSDB. Destaca os elogios e o respeito de da presidente pelos protestos e ressalta a mobilização contida no sangue sindicalista de seu antecessor, para quem ninguém pode ser contra as manifestações.

Ao passo que expõe os riscos da insatisfação difusa, a reportagem apresenta pautas tópicas: convoca especialistas que abordam a necessidade de se debaterem temas típicos da juventude, como aborto, casamento gay e a descriminalização da maconha. Também pede uma discussão, tanto por parte da presidente quanto por parte da

⁷ BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontrolável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, n° 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

juventude que estava nas ruas, sobre disputa fundiária entre índios e fazendeiros. E vaticina que a ausência desses debates facilita o avanço do conservadorismo.

A segunda parte da reportagem de capa é uma análise do filósofo Vladimir Safatle centrada na crítica a analistas que se disseram atordoados pelas. Depois de tecer elogios aos participantes dos atos, ele sucede por fazer, então, uma defesa aberta da “constituição de uma força extrainstitucional organizada para legislar em nome próprio por meio da proliferação de mecanismos de democracia direta”⁸.

A edição imediatamente posterior da “Carta Capital” ocupou sua capa com a imagem de um fósforo aceso, que aparece acima de várias cabeças de fósforo juntas. A manchete diz: “O Brasil entre a fagulha e a fumaça.”⁹ A frase, interpretada em comunhão com a imagem, alude à situação dos protestos, já bastante difundidos e com enorme adesão, a partir da “fagulha” emanada pelo Movimento Passe Livre e o combate ao aumento das passagens. Por outro lado, indica-se o risco de que o fogo aceso pela fagulha se amaine e apague, restando só a fumaça – seu rastro inofensivo.

Escrita por Mino Carta, diretor de redação da “Carta Capital”, a primeira matéria da reportagem de capa tece ácidas críticas à “direita reacionária”¹⁰, incorporada, no texto, pelas revistas “Veja” e “Época”. Diagnostica, mais adiante, a falência dos partidos, sendo a do PT a principal.

O principal ponto que o artigo pretende alardear é sua visão de uma necessidade da democratização da mídia brasileira, ou seja, sua regulação econômica. Não se furta, ademais, a alimentar a polarização ideológica e reduzi-la ao duelo PT vs. PSDB. É o que se lê na reprodução plena de ironia que Carta faz de um trecho da “última página da mesma edição da nau capitânia da frota abriliana”, centrado na interpretação de que o povo está cansado do “governo de farsa montado por Lula há mais de dez anos”. A ela, sucede o sarcasmo do italiano: “Suponho que, na opinião de *Veja*, o governo de Fernando Henrique tenha [...] fornecido ao povo serviços públicos primorosos.”¹¹

A matéria seguinte é assinada por Cynara Menezes e se concentra nos desdobramentos das manifestações em ações do governo federal e do Congresso. A

⁸ SAFATLE, V. A política oxigenada: As manifestações são uma resposta dos jovens à revolta estéril dos ditos formadores de opinião. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 32-33, 26/6/2013.

⁹ *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, p. 1, 3/7/2013.

¹⁰ CARTA, M. O significado ainda obscuro: Só mesmo a direita reacionária afirma suas certezas. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 20-21, 3/7/2013.

¹¹ *Ibidem*.

autora apresenta possíveis críticas às marchas, entre elas o fato de que teriam sido “desvirtuadas pela direita”¹². De imediato, questiona a efetividade do “frenesi legislativo” que acometeu deputados e senadores e os fez aprovarem “medidas às pencas sem maiores reflexões”. Curioso que o subtítulo da matéria começa com a oração “Dilma Rousseff exerce a Política” – o decorrer do texto explica esse exercício como sendo reuniões com “líderes dos protestos em São Paulo, sindicalistas, representantes da sociedade civil, governadores, prefeitos de capitais e até integrantes da oposição”. Ao passo que enaltece a atitude da chefe do Executivo, Cynara Menezes reclama do fato de que o senador Renan Calheiros permitiu que o colega Aécio Neves, do PSDB, discursasse durante uma hora e meia em uma sessão da Casa. Este destilou críticas a Dilma Rousseff e teve seu discurso transmitido pelo canal GloboNews.

A última coluna da matéria dedica-se a sugerir ao governo federal que faça menos concessões à base aliada na Câmara dos Deputados, cuja resistência a Dilma fora desnudada nos atos populares, em favor de um reencontro com velhos aliados, como centrais sindicais e movimentos representativos da sociedade.

As duas páginas assinadas por Luiz Gonzaga Belluzzo trazem abordagem mais filosófica e teórica do debate crítico por meio do qual o movimento das ruas almeja construir a “continuada revisão das certezas provisórias”.¹³ É por meio desta, escreve Belluzzo, que nos posicionaremos ideologicamente. Continua discorrendo sobre “as contradições de um regime socioeconômico incapaz de cumprir as promessas de autonomia do indivíduo integrado à sociedade”, e alerta que a mídia, segundo os ditos de Gilles Deleuze, é um dos encarregados de concentrar as atenções no momentâneo e desviá-las das “relações de poder que permitiram a eclosão do descontentamento coletivo”. As manifestações de protesto são, assim, “transformadas em erupções de um descontentamento difuso”. E, com a raiz do fenômeno mantida oculta, o espaço que remanesce é regido pela norma da animosidade dos “radicais da imediatidade, à esquerda e à direita” e suas “convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas”.¹⁴

¹² MENEZES, C. As ruas empurram o poder: Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 22-25, 3/7/2013.

¹³ BELLUZZO, L. G. Muitas dúvidas, algumas certezas: As forças nos subterrâneos da sociedade cuidam de manter e ampliar os seus privilégios e promover a corrupção da democracia. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 26-27, 3/7/2013.

¹⁴ *Ibidem*.

Na análise seguinte, de Marcos Coimbra, o foco é o vazio oposicionista representado, na visão do autor, pelo PSDB.¹⁵ Para ele, a direita saiu às ruas depois dos primeiros atos contra o aumento das passagens e mudou o perfil socioeconômico das manifestações. E afirma que, quando isso aconteceu, foram tornados alvos os agentes e as instituições políticas em geral, solidificando-se assim uma “aversão ao sistema político e ao governo” – novamente, descreve-se o *system blame* para o qual se alertou no capítulo 2.3 desta monografia.

O autor sob discussão junta os dois diagnósticos em um e afirma que, “ao contrário do cidadão simpatizante do PT e de outros partidos de esquerda, e que majoritariamente aprova o governo”, a classe média antipetista tem “motivos reais para estar insatisfeita com a sua representação”. E, por fim, o autor sugere que pode ter sido “a impaciência das classes médias antipetistas com a oposição que as levou às ruas”, adicionando que essa impaciência foi semeada involuntariamente pela “mídia conservadora”¹⁶, acusada de ferir valores fundamentais da democracia.

A seguir, Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, opina sobre o que chama de “uma movimentação das placas tectônicas da organização social”,¹⁷ em que acumulação de “pequenas mudanças quantitativas dá nascimento espontâneo a mudanças qualitativas”. O articulista se atém às condições debilitadas de mobilidade urbana no país e à má qualidade dos serviços públicos em geral, que debita não à escassez de recursos para melhorias, mas à “péssima qualidade da sua gestão”.

Destrincha o pano de fundo socioeconômico das reivindicações populares não só no Brasil, mas na História do mundo e conclui pedindo um “dramático aumento da ‘qualidade’ da nossa educação”, algo essencial para salvar a economia e, “principalmente, a democracia”.¹⁸

Na sequência, Carlos Lessa, ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), critica as medidas

¹⁵ COIMBRA, M. Os órfãos no mundo político: A classe média antipetista não se sente representada pela oposição. Sua tentativa de controlar as ruas é prova desse vazio. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 28-29, 3/7/2013.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ NETTO, A. D. Prioridades esquecidas: Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços públicos essenciais. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 30-31, 3/7/2013.

¹⁸ *Ibidem*.

governamentais de estímulo à compra de automóveis, e garante que a explosão de acesso ao automóvel daí resultante tem “tudo a ver com o início das manifestações”.¹⁹

O desencontro dentre o sem número de reivindicações escritas em cartazes e faixas é celebrado por Lessa, que encara no fenômeno um fomento ao debate e afirma que viu nas marchas “a evolução da novíssima geração de atores políticos brasileiros”. Desses diálogos, portanto, a visão de cada “eu” tende a constituir o “nós”.

A reportagem de capa é fechada com uma análise de André Barrocal sobre os reflexos das manifestações sobre o PT, cuja primeira frase anuncia: “Na política, crise pode virar oportunidade.”²⁰ O teor de muitos dos trechos das matérias da reportagem de capa revela praticamente um pedido da publicação para que o PT se preocupe menos com suas alianças em nome da governabilidade, esta frequentemente questionada, e mais com uma reaproximação de sua origem sindicalista, dos movimentos sociais e de uma regulamentação econômica da mídia brasileira.

Barrocal não se furta a expor as divergências entre vertentes “dilmistas” e “lulistas” do PT, tampouco a afirmar que foi o partido o “alvo preferido da gritaria contra os partidos nas ruas”. Espeta, como em outras ocasiões, os então ministros das Comunicações e da Casa Civil, Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann, porta-vozes de posicionamentos antagônicos aos defendidos pela revista. E menciona a nostalgia de petistas em relação aos “tempos em que comandavam protestos”.²¹

A capa da edição 760 de “Carta Capital” traz uma pessoa com o rosto coberto por um pano preto, deixando apenas os olhos à mostra. Não é possível identificar seu gênero. A manchete é curta: “BLACK BLOCS – DEPREDÇÃO NAS RUAS.”²² O primeiro parágrafo da reportagem de capa descreve uma cena de destruição de uma concessionária de automóveis, onde uma jovem ataca um modelo de luxo.²³ Uma ofensiva contra uma agência bancária também é citada, e, logo depois, uma faixa que pede a saída do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB.

¹⁹ LESSA, C. Na mesma lata de sardinha: Do ônibus velho à BMW zero, todos são prisioneiros do congestionamento e das pressões das grandes cidades. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 32-33, 3/7/2013.

²⁰ BARROCAL, A. A estrela e a nuvem: As manifestações serão capazes de provocar uma inflexão no PT? *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 34-35, 3/7/2013.

²¹ *Ibidem*.

²² *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 760, 3/8/2013.

²³ LOCATELLI, Piero; VIEIRA, William. “O black bloc está na rua: Nem grupo nem movimento, essa tática de guerrilha urbana anticapitalista pegou carona nos protestos atuais. Como esse fenômeno pode impactar o Brasil.” Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>. Acessado em: 15/6/2015.

Segundo os redatores, a pergunta que mais intrigou o país em relação às manifestações diz respeito àqueles “jovens de preto dispostos a destruir bancos e lojas e enfrentar a polícia com as próprias mãos”. Parte da mídia, como se explica, limitou-se a chamá-los de “minorias de baderneiros”.²⁴

É apontada a “emergência de uma faceta dos movimentos sociais, de cunho anarquista e autonomista”, e o questionamento do texto sobre as motivações dos encapuzados é logo respondida pela fala de um deles, que, por meio de um pseudônimo, afirma se motivar pela “insatisfação com o sistema político e econômico”. Ele se declara a favor de uma democracia direta, e não de uma democracia representativa.

As reações polarizadas dos não adeptos da tática são realçadas no texto. De um lado, está um “romantismo idealista alimentado pelas redes sociais” oriundo de uma gratidão pelo enfrentamento dos black blocs à polícia. De outro, “uma ojeriza irreduzível”. “Em uma democracia jovem, desacostumada com manifestações difusas, qualquer protesto fora do script é temido”, declaram os autores.²⁵

Mais interessante é o diagnóstico sobre como, nos movimentos sociais e partidos – “do PSTU à CUT” –, classificados como a “esquerda tradicional”, ninguém defende os black blocs, “com receio de perder apoio de setores mais conservadores”, tampouco os critica, “temendo prejudicar a união da chamada voz das ruas”.²⁶

O último parágrafo é ocupado por falas de ativistas que consideram a tática um “câncer” e um “desserviço”. “Atos gratuitos de destruição com espírito de carnaval não vão arranhar o capitalismo”, ironiza um deles.²⁷

3.4. Análise discursiva das reportagens de ‘Carta Capital’

Desde a primeira edição em que as manifestações ocupam sua capa, “Carta Capital” se relaciona com os atos e seus integrantes de maneira próxima e protetora de sua autenticidade. Faz-se representar como a própria voz do povo na medida em que veicula na capa uma mensagem de um manifestante como se fosse sua. O apoio aos organizadores das marchas é praticamente irrestrito. A abordagem da revista divide-se, então, em diversos pilares: um deles é o da polarização ideológica por meio da

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

identificação da militância ou de simpatizantes da ideologia de esquerda como os autênticos iniciadores das manifestações e o apontamento de participantes tardios das passeatas, muitas vezes identificados com valores de direita ou assumidamente desta, como “parasitas”, palavra inclusive utilizada no texto. Outros termos empregados em relação à direita são “nacionalistas”, “invasão”, “joio” (em oposição a “trigo”), “Direitas Já”, “reaças de plantão”, “atitude fascista” e “tentativas de apropriação”.

Em relação aos personagens que identifica como pertencendo à esquerda, “Carta Capital” expõe antes a resistência para que as manifestações não sejam deturpadas por pautas estranhas, da direita, e até as agressões sofridas por militantes daquela vertente ideológica, entre eles militantes petistas, dos que a revista chama de “reaças de plantão”, em referência ao que ela considera serem grupos de reacionários intolerantes.

Outro pilar da abordagem de “Carta Capital” sobre as manifestações é subdividido entre uma orientação ao PT sobre o aprendizado que ele pode tirar dos jovens marchantes – notadamente, uma guinada à esquerda, a reaproximação de pautas progressistas, como demarcação de terras indígenas, defesa de direitos LGBT e o distanciamento das alianças com políticos suspeitos de corrupção e de partidos conservadores – e a tentativa de amenizar os ataques sofridos pelo Partido dos Trabalhadores pelas vozes das ruas. Neste último sentido, a revista realça, por exemplo, algumas reações de Dilma Rousseff e Lula aos protestos, tidas como positivas em virtude da formação “na luta contra a ditadura” de uma e no “sangue sindicalista” de outro.²⁸ Logo em seguida, enquadra Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves na mesma tentativa de instrumentalização de que vinha acusando os manifestantes rotulados de “direitistas”, ao afirmar que o primeiro “mirou no PT” quando falou sobre os protestos em público e o último “falou em linha com as pesquisas e a tática de usar a inflação de forma eleitoral”.²⁹ Quando se discute na seara da política institucional, a polarização ideológica é incorporada ao duelo PT x PSDB.

No entanto, à medida que amortece certas ofensivas das ruas e dos editoriais de outros veículos contra o Partido dos Trabalhadores, “Carta Capital” não se furta a fazer ela mesma críticas a atitudes de integrantes da legenda, sempre a partir de uma posição de proximidade. Um exemplo é a passagem em que alega que o PT “tardou a convocar

²⁸ BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontrolável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

²⁹ *Ibidem*.

seus militantes para aderir aos protestos”³⁰ e associa essa falta de ação ao fato de que a militância petista foi recebida com antipatia nas ruas. Outras críticas ao partido que a revista relaciona ao antipetismo de parte dos manifestantes recaem sobre a “postura vacilante” de Fernando Haddad (PT), prefeito de São Paulo, e as “intervenções inapropriadas” de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça³¹. A proximidade da publicação com o partido fica também evidente quando a direção de redação sugere que Dilma Rousseff troque “ministros como [José Eduardo] Cardozo e [Gleisi] Hoffmann”³² para emitir um claro sinal de inflexão aos jovens de esquerda e ampliar a perspectiva economicista de governo a causas sociais.

O terceiro pilar editorial erguido pela revista é resumido pela frase de Mino Carta: “O verdadeiro partido de oposição é a mídia nativa.”³³ Em outras formas, esse pensamento tem presença constante nos textos do semanário, e se manifesta no bojo da defesa por “Carta Capital” da regulação econômica dos meios de comunicação do país. É nesse contexto que o diretor de redação da publicação rotula capas das revistas “Veja” e “Época”, ambas ocupadas pela bandeira brasileira, de “piegas, hipócritas e representativas do simbólico regime escravocrata da casa grande e da senzala”.³⁴ Carta toma as duas como representativas, também, da direita.

Ainda no contexto da defesa da regulação econômica dos meios de comunicação do país, os textos de “Carta Capital” são formulados com frequência de maneira que a revista se posicione à parte da mídia brasileira, sempre referindo-se a esta na terceira pessoa, como, por exemplo, na afirmação de que a mídia tentou (e falhou) “domar o cavalo brabo das ruas conforme seus interesses”.³⁵ Sobressai, aqui, a visão de “Carta Capital” de que se trata de um dos únicos veículos que desviam do rumo conservador que considera predominar entre jornais, revistas, portais de internet, estações de rádio e emissoras de televisão brasileiros.

³⁰ BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ CARTA, M. O significado ainda obscuro: Só mesmo a direita reacionária afirma suas certezas. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 20-21, 3/7/2013.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ MENEZES, C. As ruas empurram o poder: Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 22-25, 3/7/2013.

A edição de “Carta Capital” com enfoque nos black blocs praticamente não adentra o contexto da polarização ideológica, embora descreva, justamente, uma tática identificada com o anarquismo. Seu parágrafo de maior importância a este trabalho fala da atitude reticente da esquerda tradicional frente ao surgimento de adeptos da tática nos protestos brasileiros, à medida que esta esquerda tenta manter apoio de setores conservadores e, ao mesmo tempo, preservar a união das vozes das ruas.

O desfecho da reportagem transparece uma visão antes negativa do que positiva a respeito dos black blocs, pois contém depoimentos contrários à violência simbólica anticapitalista. Mesmo assim, houve, nas linhas precedentes, um debate dialético a respeito da tática e de sua adoção nas manifestações brasileiras.

Em comparação a “Veja”, “Carta Capital” mantém uma abordagem mais linear e constante nos textos com os quais retrata os protestos brasileiros e seus efeitos, notadamente por tê-los encarado desde o início como algo natural. Não produz autodenominadas edições históricas, mas conduz uma série de análises sob variadas perspectivas, de forma que faz um apanhado de questões que estão à parte de ações dos governos atuais e não se restringem ao imediatismo das andanças da política representativa, embora também as inclua em seus artigos.

É verdade, no entanto, que pela proximidade que mantém com o Partido dos Trabalhadores, mesmo que de forma crítica, cede espaço considerável a falas de representantes do PT e de sua militância e de simpatizantes da legenda.

4. A POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA NAS LINHAS DAS REVISTAS

Pelo estudo de discurso realizado ao longo do capítulo anterior com três reportagens de capa de “Veja” e três de “Carta Capital” cujo foco recaiu sobre as manifestações de 2013, sempre no contexto de uma polarização ideológica refletida ou estimulada pelos textos analisados, chega-se à conclusão de que são muito distintas entre si as formas como as revistas dão vida a essa criação de uma imagem dual dos acontecimentos relatados. Essa distinção se torna palpável a partir do arcabouço teórico montado em torno do conceito de ideologia no capítulo 2, quando se optou por e destrinchou uma acepção plural do termo, em oposição a uma conotação negativa segundo a qual a ideologia é unicamente um artifício de perpetuação do poder hegemônico. Curiosamente, as linhas escritas pelos redatores de “Veja” revelam que o

discurso da publicação busca um constante distanciamento de motivações ideológicas, atribuindo-as de maneira exclusiva ao Partido dos Trabalhadores e a legendas e militantes que classifica como “de extrema esquerda”, a exemplo do PSOL e do MPL.

Uma passagem que comprova essa última afirmação está situada na segunda edição de “Veja” analisada nesta monografia, de número 2327. A revista define a “verdadeira revolução” como sendo a ocupação das ruas por “multidões de libertários independentes não ideológicos”³⁶, e o faz num contexto em que ataca o que considera serem atitudes demagógicas e populistas por parte do PT, a que acusa de explorar a ignorância. É possível deduzir, portanto, que a revista de maior tiragem do Grupo Abril tenta criar uma imagem da ideologia como um artifício de instituições de esquerda para utilizar largas parcelas da população como massa de manobra para projetos “golpistas”, expressão com a qual a publicação definiu, por exemplo, a proposta de convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para que se elaborasse uma reforma política.

Simultaneamente, embora refute, na superfície, o discurso ideologicamente valorado, “Veja” não se furta a manifestar quais considera ser os corretos valores da sociedade. Logo nas primeiras linhas que dedica em uma reportagem de capa sobre as Jornadas de Junho, enquanto expressa a tentação de rotular os manifestantes de “rebeldes sem causa”, exalta um conhecido bordão atribuído a Winston Churchill (1874-1965), duas vezes primeiro ministro do Reino Unido: “Se você não é um liberal aos 20 anos, não tem coração. Se você não é um conservador aos 40, não tem cérebro.” Aqui, a revista contrapõe os “rebeldes sem causa” da esquerda aos valores dos liberais e conservadores, deixando clara a predileção pelos últimos.

A polarização ideológica, portanto, é levada a cabo pretensamente à revelia da própria seara ideológica. Enquanto “a esquerda” é citada nominalmente – e sempre em referências e com adjetivos negativos, irônicos, desqualificantes, criminalizantes –, só se usa o termo “direita” em duas ocasiões ao longo das três reportagens de capa analisadas em “Veja”, as duas em passagens de pouca relevância. Entretanto, pode-se chegar à conclusão, tendo em vista os propósitos desta monografia, que no momento em que a revista celebra, em os liberais, conservadores e libertários independentes não ideológicos em contraponto à esquerda, a publicação celebra, de fato, a direita.

³⁶ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em: 15/12/2014.

O único momento em que os discursos polarizadores de “Veja” e “Carta Capital” confluem diz respeito ao duelo PT x PSDB. A primeira, claramente opositora do governo petista de Dilma Rousseff e de demais figuras da legenda, apresenta, na segunda edição analisada, o senador Aécio Neves como o principal candidato da oposição para a eleição de 2014, e mostra apreço pelas bandeiras defendidas pelo tucano. Essa apresentação ocorre após uma sequência de parágrafos de fortes ataques à administração federal e aos personagens proeminentes do Partido dos Trabalhadores. Em outra instância, os impactos dos protestos sobre os índices de aprovação de Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São Paulo, e Fernando Haddad (PT), prefeito da capital paulista, são tratados de maneira desigual pela revista, que retrata o político petista como mais afetado e de pior reputação nos corredores das instituições públicas em relação ao chefe da administração estadual.

A revista “Carta Capital”, por sua vez, expõe a dualidade entre as duas maiores legendas do país sempre de modo a amenizar críticas ao PT, fazendo, inclusive, menção direta a “Veja”. Mino Carta, diretor de redação de “Carta Capital”, rebate uma passagem do semanário do Grupo Abril de críticas árdidas às administrações petistas, após parafraseá-la em sua matéria, com a seguinte ironia sobre o período em que o país foi governado por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB: “Suponho que, na opinião de *Veja*, o governo de Fernando Henrique tenha trafegado por rotas opostas e fornecido ao povo serviços públicos primorosos.”³⁷ Carta, por conseguinte, não defende diretamente os líderes petistas dos ataques de “Veja”, mas opta por subentender que tampouco os oito anos durante os quais a presidência foi ocupada por FHC teriam levado prosperidade à população brasileira.

A mesma polarização entre as legendas aparece quando, para expor reações de expoentes da política aos protestos, “Carta Capital” realça atitudes de Dilma Rousseff e Lula como positivas, e, logo em seguida, afirma que Fernando Henrique Cardoso “mirou no PT” quando falou sobre as passeatas e Aécio Neves “falou em linha com as pesquisas e a tática de usar a inflação de forma eleitoral”, dando corpo à mensagem de que os líderes tucanos tentaram instrumentalizar as manifestações para bater no governo federal e no Partido dos Trabalhadores. É esta, aliás, uma segunda e muito importante maneira pela qual “Carta Capital” motiva uma leitura ideologicamente polarizada dos

³⁷ CARTA, M. O significado ainda obscuro: Só mesmo a direita reacionária afirma suas certezas. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 20-21, 3/7/2013.

protestos: a revista repete incessantemente nas duas primeiras edições analisadas o mantra de que a direita tentou e, por vezes, conseguiu infiltrar os atos iniciados pelo MPL, um autodeclarado movimento de esquerda.

Feita a devida análise, não há exagero em afirmar que a mensagem da capa da edição 754 – “Ninguém controla as ruas”³⁸ – é direcionada justamente à direita. A reportagem principal desta edição de “Carta Capital” traz referências à direita com as palavras “parasitas”, “invasão” e “tentativas de apropriação”³⁹ – curiosamente, em sua edição 2327, “Veja” se refere a militantes petistas como “intrusos”. Nesse vetor de sua polarização ideológica, “Carta Capital” caracteriza como parasitários tanto os manifestantes que levaram aos atos organizados pelo Movimento Passe Livre pautas nacionalistas ou estranhas à mobilização original; quanto a mídia brasileira como um todo, vista como predominantemente conservadora, com especial foco sobre “Veja”; e os políticos da oposição tucana, como Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin. Nessas três instâncias, a revista dirigida por Mino Carta enxerga e, portanto, ataca a personificação da direita.

Chega-se, então, à forma polarizadora de “Carta Capital” amparada no explícito reconhecimento das ideologias em sua acepção plural. Os termos “esquerda” e “direita” aparecem com frequência nas linhas que a revista dedicou às manifestações de 2013. O primeiro polo é apontado por ela como aquele com que se identificam os pioneiros organizadores dos primeiros atos em junho daquele ano, responsáveis pelas pautas autenticamente formadoras das jornadas e de seus integrantes, calcadas principalmente em torno do transporte público, de melhorias na prestação desse serviço nas capitais, da contrariedade a reajustes de tarifas sem a devida discriminação dos custos que os justifiquem por parte do poder público, e de uma política pública de transporte coletivo que atenda primordialmente os usuários, e não as empresas vencedoras de processos de licitação. Tal imagem, tais bandeiras contrastam muito com as acusações de instrumentalização das marchas em favor de pautas conservadoras, a exemplo do

³⁸ *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, 26/6/2013.

³⁹ BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontrolável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

impeachment da presidente Dilma Rousseff e do “fechamento do Congresso”⁴⁰, que “Carta Capital” direciona aos personagens dos protestos em que identifica a direita.

Na mesma medida em que configura a imagem de uma direita parasitária, conservadora e violenta, a revista retrata a esquerda como vítima de agressões verbais e corporais de marchantes da direita, como nos relatos de que as bandeiras de manifestantes de partidos esquerdistas lhe foram arrancadas à força e queimadas por pessoas antipartidárias. Ou seja, “Carta Capital” sustenta que a resistência a ataques físicos e verbais é mais uma empreendida por manifestantes de esquerda em paralelo às tentativas de infiltração de pautas reacionárias em atos originalmente progressistas.

⁴⁰ BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontrolável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços de convivência social e comunicação, tanto reais quanto virtuais, evidenciaram após junho de 2013 – com especial destaque para o período imediatamente anterior à eleição de 2014, vencida por Dilma Rousseff no segundo turno com 51,64% dos votos contra 48,36% de Aécio Neves,⁴¹ um placar extremamente apertado para a petista – a concretização do retorno da polarização ideológica entre esquerda e direita, cujos fundamentos e primeiros respiros em apelos midiáticos se pretendiam analisar com esta monografia. O posicionamento de “Carta Capital” à esquerda desse espectro e a identificação de “Veja” com a direita não são novidades nem surgiram apenas no contexto das manifestações históricas decorridas a partir de junho de 2013 no Brasil. Mas a forma como essas passeatas se desdobraram e a conjuntura da política institucional em que o fizeram forneceu às revistas um arcabouço que, editorialmente, se mostrou bastante maleável conforme os interesses de cada veículo. Na verdade, a polarização se configurava antes nas ruas, palco de gritos, cartazes e bandeiras conflitantes entre si. A um mesmo protesto, compareciam militantes de legendas de esquerda e cidadãos que consideravam a presença de partidos uma afronta, e, por isso, hostilizavam os portadores de estandartes partidários ou até lhes tomavam as bandeiras, que viravam lenha para fogueiras.

A insatisfação difusa que tomou corpo quando se tentava ler as multidões marchantes como unificadas em sua pluralidade permitiu a “Veja” se revestir da dimensão nacional que as passeatas assumiram para avançar com tudo para cima do governo federal de Dilma Rousseff, do PT e da esquerda. O antipartidarismo e a defesa de pautas conservadores por parte de certos presentes aos atos e a euforia nacionalista de revistas avessas à esquerda deu a “Carta Capital” material para partir em ofensiva contra uma direita “parasitária”, responsável, na visão do periódico, por várias tentativas de apropriação dos protestos em favor de bandeiras estranhas à essência original destes.

A vulnerabilidade à polarização ideológica das jornadas de junho e a efetivação desta pelas revistas analisadas é flagrante quando “Carta Capital” designa a

⁴¹ “Dilma é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º mandato.” Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-crece-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>. Acessado em: 2/7/2015.

manifestantes nacionalistas e direitistas o termo “invasão” e “Veja” se refere a manifestantes de partidos de esquerda como “intrusos”.

No entanto, quando a discussão recai sobre a taxa de sucesso que as polarizações ideológicas editoriais tiveram durante as manifestações e têm atualmente sobre os marchantes e leitores de então e de hoje, é conveniente lembrar as revisões teóricas apresentadas ao longo do capítulo 2 desta monografia.

Por um lado, como visto nos trabalhos de Stuart Hall, a forma mais comum de recepção de apelos midiáticos por seus leitores é a negociada, ou seja, as informações recebidas de veículos de comunicação são comparadas à própria vivência do receptor, a suas interações sociais e outras fontes que componham sua opinião sobre um tema. No caso dos protestos, a adesão massiva pela população das cidades brasileiras faz com que os textos lidos em “Carta Capital” e/ou “Veja” possam ser comparados com a experiência vivida na rua e os acontecimentos vistos com os próprios olhos. Mas, diante da grande relevância que as manifestações assumiram, é verdade que mesmo aqueles que não foram às ruas se veem sedentos por se informar a respeito dos protestos e constituir a própria opinião sobre seus desdobramentos. As possibilidades de sucesso dos apelos midiáticos são variadas e dependem, portanto, do contexto em que está inserido o receptor desses apelos.

Pode-se concluir que, ao longo do capítulo 4, demonstrou-se que de fato houve as polarizações ideológicas nas linhas que “Veja” e “Carta Capital” redigiram sobre as manifestações de 2013. Ademais, um dos maiores malefícios dessas polarizações é o distanciamento extremado que toma corpo entre a esquerda e a direita. No momento em que adeptos de cada polo, sejam pessoas, partidos, instituições políticas ou veículos de comunicação, se recolhem a um bunker ideológico e colocam-se surdos às críticas da alteridade e desprovidos de autocrítica, o sofrimento maior é do jogo democrático.

A troca do diálogo pela autorreclusão é um dos fatores que, fomentados pela insatisfação difusa das multidões que foram às ruas como um todo, pode levar a uma culpabilização generalizada do sistema vigente, o *system blame*. Tal culpabilização corre o risco de ser abordada com radicalismos e surtos de ódio ideológico. Por mais que “Veja” se aproxime mais da abordagem aqui mencionada, considera-se que “Carta Capital” faria bem ao exercer a autocrítica, uma vez que é tomada como representativa das ideologias de esquerda.

Resultam, então, muitas “verdades ideológicas” falsas. Não há construção coletiva – há destruição coletiva. Não se pode afirmar que “Veja” e “Carta Capital” são causadoras diretas desse fenômeno no âmbito da sociedade e de suas convivências, mas de fato tentaram promover suas respectivas apropriações das manifestações e canalizar a insatisfação difusa, cada uma a sua maneira. A uma interessou, primordialmente, detonar o governo que hoje vigora. À outra foi preferível tentar aprimorá-lo antes que o partido em questão se perca por completo.

O maior risco que fica, portanto, é o de que, se a polarização se disseminar com intensidade demasiada, a intransponibilidade de cada polo ideológico nos aproxime cada vez mais de um colapso do sistema democrático.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETT, Michèle. “Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.” In: SLAVOJ ZIZEK (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Pp. 235-264.

BARROCAL, A. A estrela e a nuvem: As manifestações serão capazes de provocar uma inflexão no PT? *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 34-35, 3/7/2013.

BARROCAL, A.; MARTINS, R. A massa incontrolável: Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 24-30, 26/6/2013.

BELLUZZO, L. G. Muitas dúvidas, algumas certezas: As forças nos subterrâneos da sociedade cuidam de manter e ampliar os seus privilégios e promover a corrupção da democracia. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 26-27, 3/7/2013.

BULCÃO, Luiz. “Cabral diz que protesto tem ar político que não é espontâneo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/cabral-diz-que-protesto-tem-ar-politico-que-nao-e-espontaneo-da-populacao.html>. Acessado em 10/5/2015.

CARTA, M. O significado ainda obscuro: Só mesmo a direita reacionária afirma suas certezas. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 20-21, 3/7/2013.

COIMBRA, M. Os órfãos no mundo político: A classe média antipetista não se sente representada pela oposição. Sua tentativa de controlar as ruas é prova desse vazio. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 28-29, 3/7/2013.

COSTA, Fábio Soares da. RODRIGUES, Janete de Páscoa. Contribuições dos Cultural Studies para o Estudo da Mídia e da População de Subjetividades nas Pesquisas em Recepção. In: Seminário Internacional de Pesquisa de Comunicação, 2013.

COSTA, Jean Henrique. Stuart Hall e o Modelo "Encoding and Decoding": Por Uma Compreensão Plural da Recepção. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, n. 136, setembro de 2013.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Trad. Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

FAIRCLOGUH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LESSA, C. Na mesma lata de sardinha: Do ônibus velho à BMW zero, todos são prisioneiros do congestionamento e das pressões das grandes cidades. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 32-33, 3/7/2013.

LIMA, Venício A. de. “Mídia, Rebelião Urbana e Crise de Representação.” In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações Que Tomaram as Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. Pp. 89-94.

LOCATELLI, Piero; VIEIRA, William. “O black bloc está na rua: Nem grupo nem movimento, essa tática de guerrilha urbana anticapitalista pegou carona nos protestos atuais. Como esse fenômeno pode impactar o Brasil.” Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>. Acessado em: 15/6/2015.

MENEZES, C. As ruas empurram o poder: Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 22-25, 3/7/2013.

NETTO, A. D. Prioridades esquecidas: Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços público essenciais. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 755, pp. 30-31, 3/7/2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Ruas e a Democracia: Ensaio Sobre o Brasil Contemporâneo*. Brasília: Contraponto, 2013.

OURIQUES, Evandro. Auto-reflexão, Valor e Fato: o Silêncio Epistêmico que Emancipa Ciência, Cultural, Tecnologia e Arte. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, v. 6, 2013, pp. 117-126.

SAFATLE, V. A política oxigenada: As manifestações são uma resposta dos jovens à revolta estéril dos ditos formadores de opinião. *Carta Capital*, São Paulo, Ano 18, nº 754, pp. 32-33, 26/6/2013.

TEIXEIRA, Fábio; BERTHONE, Rodrigo. “Protesto de black blocs complica trânsito no Centro.” Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/protesto-de-black-blocs-complica-transito-no-centro-10151841>. Acessado em 15/05/2015.

SCHNEIDER, Marco. Mídia, Política e Ideologia: do Caráter Complementar das Acepções Neutra e Negativa do Conceito "Ideologia" na Análise e na Crítica da Capacidade dos Discursos Políticos Mediatizados de Mobilizar a População. In: III Congresso da Compolítica, 2009, São Paulo.